



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

ENERGIA OU AMBIENTALISMO

COMO É QUE AS SANÇÕES À RÚSSIA IMPACTAM NO PACTO
ECOLÓGICO EUROPEU?

MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: SEGURANÇA E DEFESA

Aluna: Inês Amante Rodrigues Nº: 100520022

Dissertação de Mestrado orientada por Professor Doutor Orlando Samões

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

SETEMBRO DE 2023

LISBOA, PORTUGAL

DEDICATÓRIA / AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha família, por sempre me apoiarem nos estudos, especialmente à minha mãe pelas horas que esteve ao meu lado a estudar e a apoiar-me. Ao Jorge, por me motivar e por acreditar em mim. Aos meus chefes, que na verdade, são líderes e que sempre me apoiaram. Aos meus colegas de orientação, em especial à Dina e ao Professor Orlando, porque foram essenciais no caminho que tracei até entregar esta dissertação.

Obrigada.

Dedico esta tese à minha avó Maria e ao meu avô Joaquim, que Deus tenha as suas almas em descanso.

“Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.” - Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

A União Europeia e a Federação Russa sempre mantiveram uma relação de altos e baixos, muito devido às políticas contrárias que seguem. A política energética de cada uma também é diferente, visto que a União Europeia depende da energia russa. O problema é que o ambiente fica prejudicado com a questão energética, uma vez que a Federação Russa é fornecedora para a Europa de energia não renovável, energia essa que prejudica o ambiente e o mundo. Foram tomadas medidas do foro ambiental para tentar melhorar o rumo que o ambiente está a tomar, surgindo assim o Pacto Ecológico Europeu. Este pacto está a ser tratado como uma prioridade europeia, no entanto, já teve algumas fases menos boas, devido à guerra na Ucrânia e ao posicionamento do Ocidente face à Federação Russa. A questão “Como é que as sanções europeias à Rússia impactam no Pacto Ecológico Europeu?” vai ser respondida através da presente dissertação.

PALAVRAS-CHAVE

União Europeia; Ambiente; Sustentabilidade Ambiental; Rússia; Federação Russa; Ucrânia; Pacto Ecológico Europeu; Sanções.

Total de palavras: 31635

ABSTRACT

The European Union and Russian Federation have always had an up-and-down relationship, largely due to their opposing policies. Their energy policies are also different since the European Union depends on Russian energy. The problem is that the environment is harmed by the energy issue, since Russian Federation supplies Europe with non-renewable energy, energy that harms the environment and the world. Environmental measures have been taken to try to improve the direction the environment is taking, and the European Green Deal has emerged. This pact is being treated as a European priority; however, it has already had some fewer good phases, due to the war in Ukraine and the West's position towards Russian Federation. The question "How do EU sanctions on Russia influence the European Green Deal?" will be answered through this dissertation.

KEY-WORDS

European Union; Environment; Environmental Sustainability; Russia; Russian Federation; Ukraine; European Green Deal; Sanctions.

Total words: 31635

ÍNDICE

DEDICATÓRIA / AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	2
PALAVRAS-CHAVE.....	2
ABSTRACT.....	3
KEY-WORDS.....	3
ÍNDICE.....	4
INTRODUÇÃO	5
1. RELAÇÃO UNIÃO EUROPEIA – RÚSSIA.....	8
1.1. Posição política da Rússia.....	8
1.2. Integração da Rússia de Putin perante o surgimento de uma União Europeia	13
1.3. Desenvolvimento de uma Política Europeia de Segurança.....	19
2. ENERGIA	26
2.1. Política Energética Europeia Vs. Russa	26
2.2. Planos e ações europeias no setor energético	34
3. AMBIENTALISMO	41
3.1. Surgimento do Setor Ambiental nos Planos Estatais.....	41
3.2. Explicação e consequências da sustentabilidade ambiental.....	49
4. GUERRA NA UCRÂNIA E SANÇÕES EUROPEIAS.....	57
4.1. Guerra na Ucrânia	57
4.2. Sanções da União Europeia à Rússia – Setor Energético	62
5. IMPACTO DAS SANÇÕES NO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU.....	70
5.1. Retrocessos Ambientais	70
5.2. Ajuste de medidas e novas alternativas verdes.....	74
5.3. O que influencia o Pacto Ecológico Europeu	76
CONCLUSÃO	82
BIBLIOGRAFIA	86
WEBGRAFIA EUROPEIA	86
WEBGRAFIA.....	91

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado é o corolário do II Ciclo de Estudos em Ciência Política e Relações Internacionais, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa. Para a realização desta dissertação de mestrado, a história das relações entre a União Europeia e a Federação Russa, a evolução energética, o ambientalismo e a sustentabilidade ambiental e o Pacto Ecológico Europeu foram os temas que sobressaíram.

Uma questão que se irá abordar ao longo desta dissertação é se a União Europeia irá fracassar ou se será o início de uma nova era para a União Europeia, em que a mesma passará a ser líder mundial no âmbito da sustentabilidade e uma fonte de inspiração para o resto do mundo.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos: No primeiro capítulo, irá ser abordada a relação dos europeus com a Federação Russa, de modo a entender a longevidade das relações existentes entre as duas potências e os altos e baixos que a relação tem vindo a ter, abordando questões como as presidências de Ieltsin e Putin e a evolução das guerras apoiadas pelos russos. Para além disso, ainda será abordado o nascimento de uma Política Europeia de Defesa e explicada a sua atuação.

No segundo capítulo irá ser abordada a energia, que vai ser detalhada em como a política energética russa e europeia funcionam e os planos de ações que têm vindo a ser tomados para fazer frente à realidade atual que se tem vindo a fazer sentir. Este tema da energia é um tema presente e futuro. Verifica-se que a energia vai passar a ser um dos temas que mais importância se vai dar, visto que cada vez mais, existe uma maior dependência da mesma. O Pacto Ecológico Europeu, também abordado neste capítulo, é um tema com que se lida no dia a dia, uma vez que todos sofrem neste momento com as alterações climáticas que as energias não renováveis estão a ajudar a causar. Para além disso, é um tema que a União Europeia tem vindo a desenvolver e trabalhar, através de políticas empresariais e estatais, com atribuição de sanções por poluição ou por atribuir benefícios pela utilização de energias de fontes renováveis. No desenvolvimento deste aspeto, vão ser abordados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através de questões que são levantadas pelas legislações nacionais e europeias. Tem sido um tema que tem ganho um grande destaque e, que como é um tema atual, a bibliografia vai ter de ser filtrada pela credibilidade da mesma.

Relativamente ao ambientalismo e sustentabilidade ambiental, são temas que vão ser abordados no terceiro capítulo, onde é explicada a sustentabilidade ambiental e o papel que esta assume no mundo e ainda são abordadas e detalhadas as consequências tanto positivas como negativas da questão do ambiente sustentável.

Já a Guerra da Ucrânia e as sanções europeias à Federação Russa vão ser o tema do quarto capítulo. Inicialmente irá ser abordado o contexto histórico da Ucrânia, passando por as guerras que este país tem passado, até à situação no presente. Depois, irá ser abordada e explicada a posição tanto europeia como de ocidente em relação às guerras que a Federação Russa tem vindo a fazer a Ucrânia passar.

Finalmente, o quinto e último capítulo vai abordar a relação entre os temas da energia, do ambientalismo e da Guerra da Ucrânia com o Pacto Ecológico Europeu, de forma a analisar qual a ligação que a presente Guerra causa nas medidas verdes que estão a ser tomadas pelos europeus. Então, dada a importância estrutural, estratégica e geoestratégica mundial das energias, e tendo em conta a atual guerra entre dois grandes atores internacionais, a Federação Russa e a Ucrânia, fazia falta um esforço académico para tratar do tema. Como tal, a principal questão que esta dissertação quer ajudar a esclarecer é: “Como é que as sanções à Rússia impactam no Pacto Ecológico Europeu?”

A metodologia que vai ser utilizada na dissertação vai ser um estudo de caso, com maior enfoque numa metodologia qualitativa. A escolha da metodologia qualitativa surgiu, uma vez que vai ser feita uma análise detalhada de acontecimentos do passado, sendo que pode ter alguma análise gráfica. No entanto, vai ser maioritariamente análise teórica, ou seja, vai ser feita uma comparação de diferentes conceitos e irá realizar-se uma abordagem teórica dos temas. Para fazer a análise de dados da dissertação, irão ser utilizados um maior número de artigos, teses e dissertações baseados tanto na energia como no ambiente, como nas relações entre os atores internacionais União Europeia, a Federação Russa e a posição da Ucrânia. No que toca ao estudo de caso, irá ser utilizada bibliografia atual, sendo que devido a existir muita bibliografia sobre este tema, terão de ser filtradas múltiplas fontes, consoante a credibilidade. No que toca à epistemologia o objetivo é ser uma dissertação mais interpretativista, ou seja, é uma interpretação do problema, sendo que a interpretação é feita através da análise de conceitos e do significado dos mesmos. A natureza da informação é uma mistura de pesquisa teórica e prática. Na pesquisa teórica aborda-se a relação dos atores internacionais – União Europeia e Federação Russa - e o conceito e aprofundamento de energia, energia renovável e energia não renovável. Já na

pesquisa prática, vai ser utilizado um estudo de caso, que será o Pacto Ecológico Europeu. Relativamente à análise de dados, realizar-se-á uma pesquisa considerada exploratória, visto que se vai pesquisar por um fenómeno que tem diversa bibliografia, mas nem toda é credível – o Pacto Ecológico Europeu. Interligado à análise de dados, os procedimentos que serão utilizados vão em conta da mesma, visto que vai existir um estudo de caso (Pacto Ecológico Europeu). Já a restante dissertação vai ter como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental, visto que se vai utilizar não só livros, como dissertações e artigos ligados tanto à relação da União Europeia com a Federação Russa, como ligados à energia e às suas várias vertentes. Quando se pesquisa trabalhos académicos sobre as vertentes que serão exploradas em cada capítulo, verifica-se que existem dissertações sobre cada um dos temas em singular, ou seja, não foram encontrados nenhum trabalho, tese ou artigo que articule as quatro questões que se irá abordar ao longo desta dissertação. Assim, penso que seja um tema interessante de ser articulado, visto que estas abordagens como um todo não foram aprofundadas e é um tema interessante, atual e que pode ter repercussões para o futuro, tanto das relações dos atores internacionais como envolve o futuro energético da União Europeia.

1. RELAÇÃO UNIÃO EUROPEIA – RÚSSIA

Pretende-se com este capítulo demonstrar as conexões que existem entre a Federação Russa, a União Europeia e a NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte, sendo que isto passa por dar a conhecer os diferentes tratados e a evolução dos passos que a União Europeia e a Federação Russa têm passado ao longo da sua história. Também irá ser abordada a questão das trocas comerciais entre estas potências e a forma como a segurança de cada uma delas é ou não prejudicada com as mesmas.

1.1. Posição política da Rússia

No ano de 1721 a Rússia foi considerada império. A sua expansão imperial foi ativa durante os anos das guerras napoleónicas, visto que foi durante esse período que foram anexados os territórios que hoje são a Polónia, a Bielorrússia, a Finlândia, a Lituânia, o Cáucaso, a Ucrânia e partes da Ásia Central.

A posição da Rússia enquanto império foi reforçada com as reconquistas da União Soviética (URSS) na II Guerra Mundial, sendo que esta passou a ter o controlo total dos restantes territórios reconquistados, através do Pacto de Varsóvia (criado em maio de 1955, contou como membros a União Soviética, a Bulgária, a Checoslováquia, a Alemanha Oriental, a Hungria, a Polónia, a Roménia e a Albânia. Este pacto foi criado durante a Guerra Fria e foi considerada uma aliança militar que veio complementar o Conselho de Assistência Económica Mútua. Este pacto foi declarado encerrado em 1991, após a queda do Muro de Berlim e o Fim da URSS)¹ e do Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON). Fundada em 1949, visava a integração económica das nações europeias de leste. Esta organização internacional tinha como países Membro a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Checoslováquia, a Polónia, a Hungria e a Roménia, sendo que mais tarde se juntaram Cuba, Vietname e Mongólia. A COMECON apareceu após o fim da II Guerra Mundial e era uma resposta soviética ao Plano de

¹ Office of the Historian, Foreign Service Institute. (s.d.) The Warsaw Treaty Organization, 1955. On line. Recuperado em: <https://history.state.gov/milestones/1953-1960/warsaw-treaty>

Marshall (este plano foi criado pelos Estados Unidos da América e consistia em apoiar a reconstrução económica da Europa Ocidental após a II Guerra Mundial)².

Com a COMECON a fazer frente aos ocidentais, visto que existia uma competição estratégica entre estes, durante 40 anos existiu a chamada Guerra Fria, que consistiu num conflito ideológico entre estes atores internacionais (EUA a representar o lado ocidental e URSS no leste europeu), sendo que não existiu conflito físico ou bélico. Entre os quarenta anos da Guerra Fria, existiram uma série de acontecimentos que marcaram a história mundial, sendo eles a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname, a crise petrolífera da década de 70 e acabou com a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS.

Com a queda do Muro de Berlim, a Alemanha teve oportunidade de se recompor e de se unir num só Estado, sendo que se uniu aos europeus, visto ter existido a dissolução da URSS como um Estado, passando a ter de reconquistar novamente soberania.

Existem três tipos de escolas de pensamentos dos motivos que puseram fim à Guerra Fria, que são elas: as escolas de pensamento norte-americanas, na administração de Ronald Reagan e George Bush; as escolas de pensamento soviéticas, com o pensamento de Gorbatchev e a escola de pensamento da URSS, tendo como base as revoluções que ocorreram no ano de 1989. A escola de pensamento norte-americano defende que foram os EUA que venceram a Guerra Fria, destruindo a União Soviética através de uma política externa ofensiva, que mostrava as fragilidades de Moscovo e que combinava o poder militar e a ideologia americana com a incapacidade de acompanhamento por parte da URSS. A escola de pensamento soviética considera que não foram os americanos que venceram o conflito bipolar, mas sim, a URSS que o perdeu devido às políticas tomadas por Gorbatchev (como a Perestroika e a Glasnost), o expansionismo do chamado “Terceiro Mundo” a partir de 1970 (com a participação das tropas soviéticas em guerras noutros Estados) e o colapso da economia soviética. A escola de pensamento da URSS considera que o colapso da URSS se deveu à queda do muro de Berlim e que não se devia ter avançado para o diálogo, porque houve a permissão de existir opositores.

A história política da Rússia desde o final do século XX até os dias atuais é marcada por uma série de eventos tumultuados e mudanças significativas. Com o colapso da União Soviética em 1991, o país enfrentou desafios complexos na transição para uma ordem

² Center for European Studies: A Jean Monnet Center of Excellence. (s.d.) The Cold War / Part

política e económica pós-soviética. O início da década de 1990 testemunhou o fim da União Soviética, um império que abrangia vastas áreas da Eurásia e que teria sido um fator-chave na geopolítica global. O presidente soviético Mikhail Gorbachev, cujas reformas políticas e económicas tinham o objetivo de revigorar o sistema comunista, não conseguiu conter as crescentes pressões separatistas e a desintegração da URSS. Em 1991, um golpe de Estado fracassado em Moscovo precipitou o colapso da União Soviética. Durante a Guerra Fria, a Europa Ocidental e Oriental ficaram divididas por uma "cortina de ferro", com a União Soviética a dominar o Leste Europeu, enquanto os Estados Unidos da América estavam a liderar a aliança ocidental. A NATO serviu como contraparte militar da Europa Ocidental, enquanto o Pacto de Varsóvia reuniu os países do Bloco Oriental sob a liderança soviética. Esta divisão levou a uma tensão constante e à proliferação de armas nucleares na Europa. O colapso do Muro de Berlim em 1989 e a consequente dissolução do Bloco Oriental marcaram o início de uma nova era na política de segurança europeia. Com a queda do comunismo, muitos países do Leste Europeu procuraram a integração na União Europeia (UE) e na NATO. A Reunificação Alemã em 1990 simbolizou a reconciliação de uma Europa dividida e o sucesso das forças ocidentais.

Após o colapso soviético, a Federação Russa embarcou numa transição para uma economia de mercado e uma democracia. Boris Yeltsin, o primeiro presidente da Rússia pós-soviética, liderou esses esforços, no entanto, a sua governação ficou marcada por distúrbios económicos, corrupção e conflitos políticos. A Federação Russa enfrentou uma grave crise económica em 1998 e um conflito armado na Chechénia.

O conflito na Chechénia, que começou na década de 1990, continuou sob o governo de Putin. Embora o Kremlin tenha conseguido recuperar o controlo formal sobre a região, o conflito causou devastação e instabilidade no país e noutros territórios do Cáucaso Norte. A guerra na Chechénia é um dos conflitos mais sombrios e prolongados da história mais recente³. Este conflito consistiu em duas guerras armadas, a primeira ocorreu de 1994 a 1996 e a segunda de 1999 a 2009, embora as tensões tenham persistido mesmo após a segunda guerra formalmente encerrada. O conflito teve origem na procura de independência da Chechénia como uma república autónoma da Federação Russa. Após o

³ Mirovalev, M. (2014). Chechnya, Russia and 20 years of conflict. On line. Recuperado em: <https://www.aljazeera.com/features/2014/12/11/chechnya-russia-and-20-years-of-conflict>

colapso da União Soviética em 1991, a Chechénia declarou independência, o que levou a uma intervenção militar russa em 1994 para tentar manter a região sob o controle de Moscovo. A guerra foi caracterizada por violações generalizadas dos direitos humanos, incluindo massacres, deslocamentos em massa e o uso de táticas brutais por ambas as partes. A destruição da capital chechena, Grozni, foi um dos episódios mais devastadores do conflito. A segunda guerra, que começou em 1999, foi precipitada por uma série de atentados a bomba em Moscovo, atribuídos a grupos chechenos, e pela ascensão de líderes russos mais dispostos a utilizar força militar na Chechénia. Apesar de uma relativa estabilidade ter sido alcançada na Chechénia nos anos mais recentes, o conflito deixou cicatrizes profundas na região e nas relações entre a Chechénia e a Federação Russa. Esta guerra é uma lembrança sombria das complexidades das questões étnicas, culturais e políticas que podem desencadear conflitos prolongados e destrutores em todo o mundo.

Durante a primeira década do século XXI, a Federação Russa viu um fortalecimento do controle estatal sobre os setores-chave da economia e da política. Putin implementou reformas que enfraqueceram o poder das oligarquias e centralizaram o controle sobre os recursos naturais do país, especialmente o petróleo e o gás. Isso permitiu ao governo russo aumentar a sua influência internacional e acumular reservas financeiras substanciais. Para além disso, Putin, com este tipo de governação conseguiu centralizar os poderes sobre o Presidente, pelo que passou a haver uma governação de poder absoluto em território russo. Durante este período, houve crescentes preocupações em relação às restrições à sociedade civil e à imprensa independente na Federação Russa. Existiram leis que foram promulgadas para limitar a atividade de organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras e a liberdade de imprensa foi restringida por meio de medidas como o controle estatal de empresas de imprensa, e diversos jornalistas e ativistas enfrentaram perseguição e assédio por parte do governo.

A Federação Russa ainda expandiu a sua influência a nível internacional ao envolver-se no conflito na Síria em 2015, mostrando apoio ao presidente sírio Bashar al-Assad. Esta intervenção militar reforçou a posição da Federação Russa no Oriente Médio e desempenhou um papel significativo nas negociações de paz. A guerra na Síria é um dos conflitos mais devastadores e prolongados do século XXI, tendo começado em 2011 como parte dos protestos da Primavera Árabe. O conflito rapidamente se transformou numa guerra civil complexa e envolveu múltiplos atores locais e internacionais. O governo liderado por Bashar al-Assad enfrentou uma ampla oposição de grupos rebeldes

que queriam a sua destituição. Esta luta de poder desencadeou uma devastação generalizada, com cidades inteiras destruídas, milhões de refugiados e centenas de milhares de mortos. O conflito também atraiu intervenções de atores estrangeiros, com a Federação Russa apoiando o governo sírio e os Estados Unidos da América, juntamente com outras potências, apoiando diversos grupos rebeldes. Além disso, o surgimento do ISIS (Estado Islâmico) na Síria agravou ainda mais a complexidade da guerra. A situação humanitária na Síria é desastrosa, com falta de acesso a alimentos, água potável e cuidados médicos em muitas áreas. As atrocidades foram cometidas por todas as partes, incluindo ataques aéreos indiscriminados e o uso de armas químicas. Embora existam esforços diplomáticos em andamento para encontrar uma solução política para o conflito, a guerra na Síria continua a ter um sofrimento inimaginável. É um dos desafios da geopolítica, que pode resultar de conflitos prolongados e da necessidade urgente de procurar, lutar pela paz e a estabilidade na região, sendo que no que toca a relação com a Federação Russa, existe uma relação de proximidade, uma vez que desde 2015 que a Federação Russa tem tropas em território sírio a apoiar o governo local⁴.

A Federação Russa enfrentou uma série de desafios económicos nas últimas décadas, incluindo a queda nos preços do petróleo em 2014, que afetou drasticamente a sua economia dependente de recursos naturais. Além disso, a sociedade russa enfrenta problemas como a desigualdade de renda, a corrupção, o envelhecimento da população e a necessidade de modernizar as infraestruturas e a economia. Relativamente às relações geopolíticas, as relações entre a Federação Russa e o Ocidente têm sido tensas desde a anexação da Crimeia. A Federação Russa tem vindo a enfrentar sanções económicas da União Europeia e dos Estados Unidos da América, o que impactou a economia russa. As tensões estenderam-se a questões como a intervenção russa em eleições estrangeiras e alegações de ciberataques russos.

As várias ideologias políticas das escolas americanas contribuem de forma marcante para os conflitos políticos existentes desde as últimas décadas e que se têm estendido até hoje, sendo que nelas se sobressai a sede de poder dos diferentes governantes. Não se pode esquecer que a Federação Russa foi, desde sempre, um país rico de matérias-primas e que

⁴ Cruz, M. T. & Lusa. 2023. Presidente da Síria manifesta publicamente apoio à Rússia. On line. Recuperado em: <https://sicnoticias.pt/especiais/guerra-russia-ucrania/2023-03-15-Presidente-da-Siria-manifesta-publicamente-apoio-a-Russia-95b48583>

muitos países dependem dessas matérias-primas russas para o seu desenvolvimento tanto económico, como comercial e até social e político.

Antigamente a Federação Russa era um país que era considerado um “monopólio”, uma vez que no âmbito das energias, nenhum outro Estado era tão influente como ela.

1.2. Integração da Rússia de Putin perante o surgimento de uma União Europeia

No ano de 1985, Gorbachev ascendeu à liderança da União Soviética. Este era um líder que se distinguia dos outros, uma vez que era mais jovem e tinha um programa definido, cujo objetivo era melhorar a economia soviética, pelo que instaurou uma modernização tecnológica e aumentar a produtividade dos trabalhadores. No entanto, em 1986, foi apanhado de surpresa pelo Desastre Nuclear de Chernobyl (quando um dos reatores da central nuclear ucraniana foi submetido a um teste de resistência e foram detetadas anomalias que resultaram numa explosão e num incêndio que libertou uma nuvem radioativa para a atmosfera), o que fragilizou a sua posição no poder face a atitude que apresentou aquando do acontecimento⁵. No ano de 1987, Gorbachev iniciou reformas mais profundas, de modo a tentar democratizar o sistema político soviético, no entanto, não teve sucesso e, com a sua demissão, chegou a vez de Ieltsin assumir a liderança soviética.

Após o fracasso de Gorbachev, o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim, chegou o novo milénio e, com ele, chegou Vladimir Putin.

Vladimir Putin nasceu em 1952 na antiga URSS. É licenciado em Direito e trabalhou durante 15 anos para o KGB - Serviços Secretos Soviéticos. Foram criados após a II Guerra Mundial, em 1954, durante o período da Guerra Fria. Cessou funções com o fim da Guerra Fria em 1991, tendo renunciado do cargo no ano de 1991.

Vladimir Putin, foi um ex-agente da KGB e ex-primeiro-ministro, que sucedeu a Yeltsin em 1999. O seu governo trouxe uma mudança significativa na política russa. Putin teve como objetivo restaurar a autoridade do Estado russo e consolidar o poder executivo. A

⁵ Blasco, L. (2019). Chernobyl: como a União Soviética tentou esconder o maior acidente nuclear da história. On line. Recuperado em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48477868>

sua popularidade cresceu devido à recuperação económica relativa, mas também devido a medidas que restringiram a independência dos meios sociais e limitaram a oposição política.

Após a saída do KGB, Putin começou a participar na política local, sendo que em 1996 passou a ser assessor de Boris Ieltsin, Presidente da Federação Russa na altura. Ieltsin passou a considerar Putin como pessoa da sua extrema confiança, principalmente depois de se ir abaixo emocionalmente devido à grave crise económica e a problemas de saúde que sofreu.

No ano de 1999, Putin ingressou no partido conservador de direita moderada e recebeu o convite para assumir o cargo de primeiro-ministro, sendo que meses depois, Ieltsin renunciou e Putin assumiu a presidência. Em março de 2000, Putin subiu oficialmente ao poder, após ganhar as eleições pelo partido “Rússia Unida”.

No primeiro mandato veio a descobrir-se que existia uma grande instabilidade entre os ex-Estados-Membro da URSS. Ao conseguir notar isso a tempo, Putin conseguiu reposicionar a Federação Russa numa posição de destaque no contexto internacional, sendo que conseguiu promover o crescimento económico e a recuperação política. Putin trouxe uma postura clara de interesse nacional e as suas prioridades basearam-se na segurança e defesa⁶.

O conhecido discurso de Putin⁷, em 2005, sobre o fim da URSS, veio dar força à sua postura no poder. Putin foi contra o fim da URSS e considera este evento, como uma das maiores catástrofes do século XX. Estas declarações de Putin vieram comprovar que a administração de Putin é contra a expansão ocidental (em direção à Europa do Leste) e fazem transparecer isso através do desenvolvimento de uma postura assertiva face ao ocidente, do reconhecimento da comunidade de Estados Independentes como área de importância estratégica e da necessidade do fortalecimento do poder da Federação Russa

⁶ Gomes, M. (2018). *As Relações União Europeia-Rússia no século XXI e a anexação da Crimeia. Uma análise geopolítica*. Lisboa.

⁷ The Kremlin. (2005). *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*. On line. Recuperado em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>

nesta região⁸. Para além disto, ainda havia a necessidade de enfatizar os meios militares como um instrumento de políticas securitárias.

Putin estava convicto que a integração dos países da “Europa de Leste” na União Europeia e na NATO foi um esquema euro-americano com o intuito de opor os interesses russos e enfraquecer o poder da Federação Russa internacionalmente. De acordo com Putin, a NATO devia ter desaparecido juntamente com a queda do muro de Berlim e com o fim do Pacto de Varsóvia, uma vez que considerava que o ocidente e as suas instituições traíam o Kremlin. Para além disso, Putin considera que as novas democracias da Europa Central e Oriental não podiam ser soberanas, uma vez que para este, elas pertenciam ao território russo.

Decorria o ano de 2000 quando foi publicado um documento por parte do Kremlin que enunciava como principal objetivo do governo russo a promoção dos interesses da Federação Russa como uma grande potência e como uma das maiores influências do mundo, sempre tendo em conta que as prioridades eram a segurança do país, a preservação e reforço da soberania nacional e integridade territorial, tal como reconhecer a posição na comunidade mundial, de modo a promover o crescimento do potencial económico, político, intelectual e espiritual. Para além dessas prioridades, o documento ainda anuncia que é necessária a preservação de laços culturais, humanos e económicos e resolver potenciais fenómenos de crise, de modo a manter a Federação Russa forte e unida.

O dia 11 de setembro de 2001 ficou marcado por novidades no sistema internacional, devido ao ataque terrorista às Torres Gémeas, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. O ressurgimento do nacionalismo em alguns países europeus trouxe desafios à coesão e à solidariedade europeia. Além disso, o aumento do extremismo, tanto de origem interna quanto externa, levantou questões sobre a segurança interna e a radicalização. Os ataques terroristas em várias cidades europeias aprofundaram a preocupação com a segurança.

⁸ Neves, C. (2022). 25 de abril de 2005. O dia em que Putin lamentou “a maior catástrofe geopolítica do século”. (online). Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/25-de-abril-de-2005-o-dia-em-que-putin-lamentou-a-maior-catastrofe-geopolitica-do-seculo_n1388634

Com este ataque, passou a haver uma força internacional e um maior interesse por parte da Federação Russa em fazer frente ao terrorismo. Este interesse em fazer frente ao terrorismo acontece porque a Federação Russa viu nestes ataques uma abertura a um sistema internacional multipolar. Até então, considerava-se que o Sistema Internacional era unipolar, ou seja, o poder concentrava-se todo num país, os Estados Unidos da América. Ao passar a ser multipolar, a Federação Russa pensou que poderia fazer concorrência aos Estados Unidos da América e, assim, passar a liderar o Sistema Internacional), em que podia ser um dos atores principais do mesmo e, foi isso que Putin teve interesse em mostrar a Bush aquando destes acontecimentos.

Para este plano ser bem-sucedido, a Federação Russa tentou a aproximação com a União Europeia, uma vez que o objetivo de Putin entre 2000 e 2003 foi assegurar o investimento de capitais domésticos e estrangeiros para a Federação Russa, visto que considerava que se houvesse uma imagem externa positiva da Federação Russa, Putin tinha o trabalho facilitado. No entanto, a iniciação da aproximação à União Europeia já tinha acontecido mais cedo, no ano de 1997, através da assinatura de um Acordo de Parceria e Cooperação (APC), em que foi aplicado um quadro de medidas até 2003.

Para dar força à aproximação da União Europeia à Federação Russa, existiu a Cimeira EU-Rússia, no ano de 2002. Nesta cimeira, saiu o objetivo de deter uma economia de mercado e “trânsito aberto” entre o Kaliningrado e a Federação Russa.

A Cimeira EU-Rússia permitiu abrir portas à Cimeira de S. Petersburgo, no ano de 2003. Esta cimeira consistiu num acordo no reforço da cooperação bilateral (União Europeia – Rússia). Tem como objetivo principal a criação de espaços comuns no Acordo de Parceria e de Cooperação (APC), sendo que se consegue isso através de um mercado aberto e integrado entre a União Europeia e a Federação Russa, de modo a criar condições que aumentassem oportunidades para operações económicas, a promoção do comércio e investimento e o reforço da cooperação no campo energético⁹.

⁹ Parlamento Europeu. (2003). Resolução do Parlamento Europeu sobre a Cimeira UE-Rússia. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-5-2003-0219_PT.html.

No ano de 2003, ainda foi assinada uma declaração conjunta entre a União Europeia e a Federação Russa que reforçava o diálogo e a cooperação em matéria da política e de segurança.

No entanto, não podemos considerar estes acordos e cimeiras existentes entre os dois atores internacionais como bem-sucedidas a longo prazo, visto que no ano de 2004, as relações começaram a desagregar-se. Isto aconteceu, uma vez que a União Europeia exigiu à Federação Russa que têm de manter os direitos humanos, seguir o Estado de Direito, permitir a liberdade de imprensa e que a Federação Russa tinha de manter a calma com a questão da Chechénia - Este massacre consistiu no aprisionamento e morte de cidadãos de Beslan (território da Federação Russa), visto que que um dos principais terroristas políticos exigia que reconhecessem a Chechénia como um território independente e defendia que devia de existir a retirada das tropas russas da região¹⁰ -, questão essa que não foi bem aceite pelos russos. Assim começou o fim de interesse que a Federação Russa tinha em manter boas relações com os europeus.

O ano de 2004 ficou ainda marcado por dois grandes acontecimentos: o início do segundo mandato de Vladimir Putin enquanto Presidente da Federação Russa¹¹, e o primeiro grande alargamento para o leste da União Europeia.

O segundo mandato de Putin iniciou-se no auge, visto que ganhou as eleições com cerca de 70% dos votos. No entanto, à medida que o tempo foi passando, Putin veio a revelar-se nacionalista e um homem que não olhava a meios para atingir os seus fins.

O primeiro alargamento para o leste da União Europeia aconteceu no ano de 2004, com a entrada de dez países do leste europeu, sendo eles o Chipre, a República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Malta, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia e em 2007, com a entrada da Bulgária e Roménia. Com estes alargamentos, a União Europeia tinha como intenção unir o continente após o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, em 1989. Para além disso, com o alargamento da EU para leste, esta tinha a ideia de realizar e investir numa política de vizinhança, a chamada

¹⁰ Ray, M. (2004). Beslan School Attack. In Britannica. On line. Recuperado em: <https://www.britannica.com/event/Beslan-school-attack>

¹¹ Mydans, S. (2004). As Expected, Putin Easily Wins a Second Term in Russia. On line. Recuperado em: <https://www.nytimes.com/2004/03/15/world/as-expected-putin-easily-wins-a-second-term-in-russia.html>.

Política Europeia de Vizinhança¹² (PEV) – política bilateral entre a União Europeia e parceiros, cujos objetivos são a existência de uma coordenação política, uma melhor integração económica e uma melhor comunicação entre os países e as populações que pertencem à Parceria Oriental (tem o objetivo de reforçar a associação política e económica da EU com a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia¹³) e à União para o Mediterrâneo, para além de uma nova forma de se relacionar com os russos, através do estabelecimento de valores e princípios comuns mais “ocidentais”, como o Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos, entre outros. Com o alargamento europeu, em 2003, Donald Rumsfeld referiu que a “Velha Europa” passou para uma “Nova Europa”¹⁴ no ponto de vista dos russos, uma vez que a Federação Russa teme que exista, por parte dos seus antigos aliados, uma aproximação e adaptação do modelo de transição democrática e de integração do ocidente.

Vladimir Putin foi reeleito como presidente em 2012 e novamente em 2018, depois de um período como primeiro-ministro durante a presidência de Dmitry Medvedev. Ambas as eleições ficaram marcadas por controvérsias e acusações de fraude eleitoral, sendo que o seu governo continuou a restringir a oposição política e a controlar a imprensa, levando a críticas nacionais e internacionais.

No ano de 2022, a Federação Russa, no âmbito da Política Externa, aprovou um conceito que tem como princípio a garantia da proteção dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos russos, tal como os cidadãos russos “compatriotas” que se encontram a residir pelo mundo e que promovem a língua e a cultura russa.

As questões como o alargamento da União Europeia e os mandatos de Putin foram fenómenos extremamente importantes para entender o comportamento atual da Federação Russa e do Ocidente, uma vez que ambos atores internacionais têm diferentes ideias para se desenvolverem política e geograficamente.

¹² Parlamento Europeu. (2023) Política Europeia de Vizinhança. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_5.5.5.pdf

¹³ Conselho Europeu. (2023). Parceria Oriental. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/>

¹⁴ Baker, M. (2003). U.S.: Rumsfeld’s “Old” and “New” Europe Touches On Uneasy Divide. On line. Recuperado em: <https://www.rferl.org/a/1102012.html>

1.3. Desenvolvimento de uma Política Europeia de Segurança

A Segurança Europeia tem sido uma questão que tem sido bastante abordada e a tendência é para que continue a ter um papel destaque no quotidiano. Numa análise primária, a segurança europeia fica a desejar, uma vez que está dependente dos exércitos dos Estados-membro e de organizações internacionais, não existindo um exército comum europeu, nem uma política para fazer face às questões bélicas que são um assunto atual.

A União Europeia, inicialmente instituída como Comunidade Económica Europeia, surgiu no ano de 1951, com base no Plano Schuman¹⁵ - Plano proposto pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Robert Schuman, em 1950 e foi um marco histórico na criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O plano visionário tinha como objetivo unir os recursos de carvão e aço da França e da Alemanha Ocidental, compartilhando-os sob uma autoridade supranacional. A prioridade era promover a integração económica e, ao mesmo tempo, evitar futuros conflitos entre essas nações. O Plano Schuman foi o impulsionador da União Europeia, uma das maiores conquistas políticas e económicas do continente, promovendo paz, estabilidade e prosperidade através da cooperação entre os países europeus, através da assinatura do Tratado de Paris por cinco países: a Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Luxemburgo e Países Baixos, estabelecendo, assim, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Como o próprio nome do tratado relata, o objetivo principal da união de forças destes países era a cooperação entre eles num sistema comum de gestão das indústrias pesadas do carvão e do aço e, acabou por ser uma garantia de segurança em como não fabricavam armas de guerra para se atacarem uns aos outros. Ou seja, com o surgimento da CEE, veio a notar-se uma preocupação dos países com a segurança energética, e ainda visava a livre circulação do carvão e do aço e o livre acesso às suas fontes de produção. Assim, contribuiu para a expansão económica, uma maior oferta de emprego e, consequentemente, melhores condições de vida (Artigo 2º do Tratado de Paris¹⁶). A

¹⁵ European Union. (s.d.). Schuman declaration May 1950. On line. Recuperado em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_en

¹⁶ Op. Cit. Comissão Europeia. (1951). Traité instituant la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11951K/TXT>

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi o primeiro passo para a formação de uma integração europeia e entrou em vigor no ano de 1952, mantendo-se válido durante 50 anos.

O maior interesse da Europa pela energia surgiu após o decorrer da II Guerra Mundial, e ficou marcada com uma declaração de Jean Monnet (o impulsionador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com a Declaração de Schuman, em 1950) em que tinha como objetivo colocar os meios da guerra a servir a paz¹⁷. O objetivo de Jean Monnet era reconstruir a Europa após a II Guerra Mundial e ainda que existisse uma integração europeia, utilizou como meio para esses fins duas fontes de energia: o carvão e a energia nuclear. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi o primeiro passo para a formação de uma integração europeia e entrou em vigor no ano de 1952, mantendo-se válido durante 50 anos. A EURATOM, ou seja, a Comunidade Europeia de Energia Atômica - surgiu juntamente com o Tratado que instituiu a CECA, em 1957, o Tratado de Roma e entrou em vigor em 1958. Tinha como objetivos a promoção de investigação e de conhecimentos técnicos, o estabelecimento de normas de segurança uniformes, a facilitação da investigação e o garantir que os materiais nucleares não eram desviados dos fins que tinham. A EURATOM teve uma importância ainda maior aquando do alargamento para Leste, uma vez que a energia nuclear é abundante no leste europeu.

No ano de 1970, na Cimeira do Luxemburgo, foi apresentado o “Relatório Davignon”, que veio originar a criação de uma cooperação política europeia, que tinha como objetivo a realização de consultas, por parte dos Estados-membro, de questões de política externa. A cooperação política europeia foi reforçada quando os Estados-membro tomaram a consciência de que existia uma grande falta de preparação por parte da CEE em resolver questões relacionadas com perigo e ameaças. Ainda na década de 1970, mais precisamente entre 1973/1974, surgiram as primeiras grandes preocupações com a segurança energética, por parte do mundo ocidental, devido à crise de petróleo, pelo que os europeus tomaram a iniciativa de apostar numa assistência multilateral com o objetivo de resolução de problemas energéticos e para garantir a estabilização do mercado energético internacional – surgiu a Agência Internacional de Energia, em 1974. Os

¹⁷ Op. Cit. Monnet, J. (1950). Declaração Schuman. On line. Recuperado em: https://eurocid.mne.gov.pt/sites/default/files/repository/content/event/32637/documents/declaracao_schuman.pdf

objetivos desta agência eram promover a segurança quando existiam abastecimentos energéticos e aumentar o mercado da energia¹⁸.

Para reforçar a cooperação, surgiu ainda, em 1981, o Relatório de Londres. Mais tarde, em 1993, através do estabelecimento do Tratado da União Europeia, foi estabelecida a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (PESC), cujo objetivo era a preservação da paz, o reforço da segurança internacional, a promoção da cooperação internacional e o desenvolvimento e consolidação da democracia, do Estado de Direito e o respeito das liberdades fundamentais e dos direitos humanos. A PESC sofreu algumas modificações com o Tratado de Amesterdão, em 1997, como a criação de um processo de decisão mais eficiente, passando a existir votação por maioria qualificada e ainda foi criado o cargo de Alto Representante da PESC, cujas funções eram assistir o Conselho Europeu com questões relacionadas com a política externa e segurança e a atuação em nome do Conselho, quando pedido, com países terceiros. Com o Tratado de Nice, em 2003, surgiram dois comités no domínio da PESC, o Comité Militar da EU e o Comité Político e de Segurança. Já com o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009, a PESC passou a chamar-se Política Comum de Segurança e Defesa (PESD), que incidiu em quatro dimensões: o estabelecimento de uma cláusula de solidariedade e de assistência mútua, a expansão das missões de Petersburgo, a criação de um quadro de cooperação estruturada permanente e a estruturação do Serviço Europeu de Ação Externa, cuja autoridade pertencia ao Alto Representante para a Ação Externa e a Política de Segurança. Estas medidas foram tomadas com o objetivo de prevenir potenciais ameaças terroristas no território da EU, reforçando assim, a cooperação europeia.

Para além da PESC, existe também a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, com 55 Estados-membro, e é considerada uma das maiores instituições de segurança a nível regional. Para além de se preocupar e lidar com os problemas de segurança europeus, também tem uma área de atuação noutras parte do mundo, como a América do Norte, a Ásia ou a Bacia do Atlântico (fronteira com o continente africano). Esta organização tem como objetivo garantir a segurança nas áreas anteriormente referidas, através não só de questões militares e políticas, como também de questões

¹⁸ Frade, C. (2013). A Política Energética da União Europeia. Segurança e Cooperação. On line.

Recuperado

em:

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6480/3/TESE%20CARMEN.pdf>

económicas e ambientais. A OSCE quer promover a construção de uma sociedade sustentável e garantir o fornecimento de energia de confiança, daí ser preciso manter uma boa relação com países terceiros fornecedores e recorrer a estratégias como a diversificação de fontes de energia e como o fortalecimento do mercado de energia.

Já o Tratado da Carta da Energia é um acordo internacional que tem como objetivo promover a cooperação no setor energético entre os países signatários. Ele foi assinado em 1994 e entrou em vigor em 1998. Atualmente, mais de 50 países são parte deste tratado, incluindo a União Europeia e muitos dos seus Estados-membro. Uma das principais metas do Tratado da Carta da Energia é criar um ambiente favorável para o investimento no setor de energia e isso é feito através da promoção da estabilidade regulatória e da proteção dos direitos dos investidores estrangeiros. O tratado também visa garantir o acesso justo e não discriminatório aos mercados de energia, incluindo o acesso às redes de transporte de energia. Além disso, o Tratado da Carta da Energia abrange uma ampla gama de questões relacionadas à energia, incluindo a produção e o comércio de energia, a eficiência energética, as fontes de energia renovável e a segurança energética. Ele fornece ainda um quadro jurídico abrangente para a cooperação internacional no setor de energia. No entanto, o Tratado da Carta da Energia também tem sido objeto de controvérsia, sendo que algumas críticas argumentam que ele pode prejudicar os esforços para combater as mudanças climáticas, uma vez que pode proteger os investimentos em energia fóssil, já outros questionam a sua capacidade de garantir a igualdade de acesso aos mercados de energia, argumentando que ele pode favorecer empresas estrangeiras em detrimento das empresas locais¹⁹. Resumidamente, o Tratado da Carta da Energia desempenha um papel importante na promoção da cooperação internacional no setor de energia, facilitando o investimento e o comércio de energia entre os países signatários. No entanto, também enfrenta desafios e críticas, especialmente em relação ao seu impacto sobre as questões ambientais e a igualdade de acesso aos mercados de energia.

A política de segurança europeia é um tema central na agenda geopolítica global, especialmente após as duas guerras mundiais que assolaram o continente no século XX.

¹⁹ Liboreiro, J. & Silva, I. M. (2022). Porque que o Tratado da Carta da Energia é Tão Controverso? On line. Recuperado em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2022/10/26/porque-e-que-o-tratado-da-carta-da-energia-e-tao-controverso>

Com o objetivo de promover a estabilidade, a cooperação e a paz, as nações europeias têm trabalhado em conjunto para enfrentar ameaças à segurança regional e global.

As iniciativas da política de segurança europeia visavam promover a cooperação económica e política na Europa para evitar futuros conflitos. Ao mesmo tempo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) foi estabelecida em 1949, liderada pelos Estados Unidos da América, com o propósito de garantir a segurança mútua dos membros europeus e norte-americanos.

Nos primeiros anos do novo milénio, a NATO expandiu as suas fronteiras, admitindo vários países do antigo Bloco Oriental e da região dos Balcãs. A União Europeia também expandiu os seus membros, passando a incluir países do Leste Europeu e os Estados dos Balcãs. Essa expansão trouxe novos desafios e oportunidades, uma vez que a UE e a NATO tinham como objetivo harmonizar suas políticas e estratégias de segurança num continente mais unificado. Para além disso, a crise migratória que atingiu a Europa na última década destacou a necessidade de políticas de segurança fronteiriça eficazes. O fluxo maciço de refugiados e migrantes, em grande parte devido a conflitos no Oriente Médio e na África, sobrecarregou os sistemas de receção europeus e gerou preocupações sobre a segurança e a integração existente.

Para aliar à crise migratória, existiu a saída do Reino Unido da União Europeia, conhecida como Brexit, e este também teve implicações para a política de segurança europeia. A UE perdeu um dos seus membros mais influentes e uma das principais forças militares da Europa. Esta situação levantou questões sobre a capacidade da UE de atuar de forma mais independente em questões de segurança e defesa, tendo até sido posto em causa se não seria necessário a UE investir num exército europeu, de forma a aliar as suas forças militares num só, tornando-se assim numa grande influência militar²⁰.

A política de segurança europeia enfrenta uma série de desafios complexos à medida que avança para o futuro. A Europa precisa encontrar maneiras de lidar com ameaças tradicionais, como o terrorismo e a instabilidade nas fronteiras orientais, enquanto

²⁰ Parlamento Europeu. (2023). Defesa: está a UE a criar um exército europeu? On line. Recuperado em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/security/20190612STO54310/defesa-esta-a-ue-a-criar-um-exercito-europeu>

também aborda questões emergentes, como a cibersegurança e a segurança climática. Cada vez mais estas últimas questões estão a ganhar uma maior importância, visto que afetam o dia-a-dia da população mundial.

A criação da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia e iniciativas como a Iniciativa de Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) representam passos importantes em direção a uma maior cooperação de segurança dentro da UE. Além disso, a NATO continua a ser uma aliança fundamental para a segurança coletiva na Europa.

A política de segurança europeia é um campo em constante evolução, influenciado por desafios complexos e em rápida alteração. À medida que a Europa enfrenta ameaças que vão desde conflitos tradicionais até questões de segurança cibernética e climática, a cooperação entre as nações europeias e com os parceiros internacionais continua a ser essencial para promover a estabilidade e a segurança no continente.

No entanto, a política de segurança europeia não está apenas limitada a questões militares. As alterações climáticas e a segurança energética emergiram como desafios significativos. A Europa tem trabalhado na formulação de políticas para reduzir as emissões de carbono, promover a eficiência energética e garantir um abastecimento de energia estável e diversificado, reduzindo a sua dependência de fontes externas, como vai ser abordado ao longo desta dissertação.

Com o desenvolvimento deste capítulo, uma questão que se tem de abordar é o facto de a política europeia ser muito regida à base de políticas e burocracias, no entanto, falta um pouco de ação. O Brexit foi uma chamada de atenção aos europeus na questão da segurança, uma vez que o exército britânico era considerado uma dos mais bem organizados, com melhor armamento e um dos Estados-Membro que mais investia na segurança europeia a nível orçamental. No entanto, não acredito que terá sido a força suficiente para existir uma alteração de pensamento por parte da Europa. Acredito que mais facilmente a União Europeia olhou para a questão da segurança aquando da intervenção bélica por parte da Federação Russa à Ucrânia²¹, uma vez que passou a haver

²¹ Agence France-Press. (2023). Gasto Militar na Europa alcançou em 2022 seu maior nível desde a Guerra Fria. On line. Recuperado em: <https://exame.com/mundo/gasto-militar-na-europa-alcancou-em-2022-seu-maior-nivel-desde-a-guerra-fria/>

um receio da proximidade da guerra com as fronteiras europeias, como irá ser abordado mais à frente nesta dissertação e, também devido ao receio que se fez sentir de uma potencial Terceira Guerra Mundial.

2. ENERGIA

No capítulo da energia, a principal ideia é dar a conhecer as estratégias dos políticos relativamente à Energia e ao Clima, sendo que no final do presente capítulo, a ideia é compreender se os objetivos que existiam foram ou não cumpridos e de que forma se manifestaram.

2.1. Política Energética Europeia Vs. Russa

Recuando até ao ano de 2007, a Europa era um continente que apenas produzia uma parte da energia que consumia, sendo que não chegava aos 50%. Esta foi uma preocupação que ganhou força, uma vez que era necessário, constantemente, recorrer a importações de energia de países terceiros, sendo que alguns deles não ofereciam segurança nem confiança.

Atualmente, a União Europeia tem como ambição a construção de uma política à base da energia, tendo como objetivo mor oferecer aos consumidores aquilo que diz ser “uma energia segura, sustentável, competitiva e a preços acessíveis”, para além dos objetivos delineados, como assegurar que o mercado da energia funcione e a sua segurança, a promoção da eficiência energética e das suas economias e a promoção da interconexão das redes de energia. Para tal, surgiram diretivas e regulamentos europeus relativos ao âmbito da energia renovável, como a Diretiva (EU) 2018/2001²², que tem como objetivo o garante que a EU continue a ser líder mundial no âmbito das energias renováveis, tal como o Regulamento (EU) 2018/1999²³, que propõe que os Estados-membro europeus

²² Jornal Oficial da União Europeia. (2018). Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018 relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis (reformulação). On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018L2001&from=ES>

²³ Jornal Oficial da União Europeia. (2018). Regulamento (EU) 2018/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2018 relativo à Governação da União da Energia e da Ação Climática que altera os Regulamentos (CE) 663/2009 e (CE) 715/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 94/22/CE, 98/70/CE, 2009/31/CE, 2009/73/CE, 2010/31/UE, 2012/27/UE e 2013/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 2009/119/CE e (UE) 2015/652 do Conselho, e revoga o Regulamento (UE) 525/2013 do

estabeleçam metas nacionais para a energia, com uma revisão de 2 em 2 anos e ainda tem o objetivo de se cumprir com o Acordo de Paris²⁴ – acordo assinado por 189 dos 197 países do mundo, que entrou em vigor em 2016 e cujo objetivo é descarbonizar as economias mundiais e fortalecer a resposta mundial à ameaça das alterações climáticas, tendo em conta que existem discrepâncias monetárias sociais e que é necessário erradicar a pobreza, como está delineado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º1²⁵. Para isso, os países concordaram em reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa, aumentar a adaptação às mudanças climáticas e fornecer apoio financeiro para as nações em desenvolvimento²⁶. O Acordo de Paris é um marco na cooperação global para enfrentar a crise climática.

No ano de 2010, foi necessário que a UE atuasse no seu todo para fazer face aos desafios existentes no mundo, como tal, surgiu a Estratégia Europa 2020²⁷. Esta estratégia tinha 3 prioridades, sendo que uma delas era um crescimento sustentável, ou seja, a promoção de uma economia mais ecológica, mais eficiente e competitiva. Uma das iniciativas que surgiu baseou-se numa “Europa Eficiente em termos de recursos”, ou, por outras palavras, o assegurar de uma transição energética com sucesso, a promoção de eficiência energética e a substituição de energias não renováveis por renováveis.

No ano de 2015 surgiu, ainda, o objetivo de criar uma União de Energia, que tinha como pilares delineados a livre circulação de energia, uma maior segurança energética, a

Parlamento Europeu e do Conselho. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R1999&from=PL>

²⁴ Conselho Europeu. (2023). Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/>

²⁵ Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental das Nações Unidas. (s.d.). Objetivo 1: Erradicar a Pobreza. On line. Recuperado em: <https://unric.org/pt/objetivo-1-erradicar-a-pobreza-2/>

²⁶ Agência Portuguesa do Ambiente. (2015). Acordo de Paris. On line. Recuperado em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNLA0tgQAra2cKgUAAAA%3D>

²⁷ Comissão Europeia. (2010). Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020>

redução do impacto das alterações climáticas e, assim, provocar um crescimento económico da União Europeia. Ainda nesse ano, surgiu o Acordo de Paris, que tinha como objetivo fortalecer a resposta global às alterações climáticas, através da utilização de energias renováveis, visto que se verificou que cerca de 2/3 dos gases poluentes existentes na atmosfera, provêm de fontes de energia.

A Energia Renovável é um elemento fundamental da estratégia dos europeus para a energia, uma vez que ajuda na redução das emissões de gases com efeito de estufa e diminuem as importações da energia²⁸. Isto faz com que a Europa trabalhe para ser um líder “verde” e tecnológico, promovendo novos empregos e exportações de valor acrescentado.

É necessária uma política energética europeia, uma vez que os recursos energéticos fósseis na Europa não são inesgotáveis e os Estados-Membro estão a consumir cada vez mais energia, estão demasiado dependentes da importação da mesma, e ainda porque é boa para beneficiar os consumidores dos Estados-Membro, para estes sentirem que existe segurança no processo do transporte de energia dos fornecedores²⁹. Para se conseguir uma maior quantidade de energia, com preços acessíveis e pouco poluente, a União Europeia passou a ter uma coordenação e aplicação de regras comuns.

De acordo com os dados da Comissão Europeia, a União Europeia é a 2ª maior economia mundial, sendo que consome cerca de 1/5 da energia globalmente consumida e tem poucas reservas energéticas, pelo que é extremamente dependente de importações para a energia que consome – cerca de 50% da energia consumida é importada de países fora da União Europeia³⁰.

A dependência energética europeia tem consequências, como o aumento de preços por parte dos países exportadores, a provocação de perda de riqueza por parte dos países

²⁸ Parlamento Europeu. (2023). Energia Renovável. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.4.9.pdf

²⁹ Parlamento Europeu. (2023). Política Energética: Princípios Gerais. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.4.7.pdf

³⁰ Pordata. (2022). Consumo de energia final: por tipo de produto energético (on line). Recuperado em <https://www.pordata.pt/europa/consumo+de+energia+final+por+tipo+de+produto+energetico-1476-802>

importadores e existe uma dependência de terceiros. No petróleo, a União Europeia é dependente dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) - é uma das organizações mais influentes no cenário mundial quando se trata de produção e exportação de petróleo. Fundada em 1960, a OPEP é composta por 13 países membros, a maioria dos quais está localizada no Médio Oriente, uma das regiões mais ricas em petróleo do mundo. Alguns dos membros mais proeminentes incluem a Arábia Saudita, o Irão, o Iraque, a Venezuela e a Nigéria. O principal objetivo da OPEP é coordenar as políticas de produção de petróleo entre os seus membros para estabilizar os preços do petróleo no mercado internacional. Para atingir esse objetivo, a organização decide os níveis de produção de petróleo que cada país membro deve seguir. Quando há excesso de oferta no mercado, a OPEP pode reduzir a produção para evitar uma quebra acentuada nos preços, por outro lado, quando a procura está elevada e os preços estão com tendência crescente, a organização pode aumentar a produção para satisfazer a procura e estabilizar os preços. A OPEP também desempenha um papel importante na definição das políticas de preços do petróleo, influenciando indiretamente o preço do combustível em todo o mundo. Além disso, esta organização tem sido um ator chave em questões geopolíticas globais devido à sua influência sobre o mercado de petróleo. Conflitos e tensões entre os membros da OPEP e outros países produtores de petróleo impactam a estabilidade global. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo exerce um controlo significativo sobre o mercado de petróleo e desempenha um papel fundamental na regulação dos preços e na estabilidade do fornecimento global de petróleo, e da Federação Russa; no gás natural, é dependente da Argélia, da Noruega e da Federação Russa.

Para conseguir diminuir a dependência de países terceiros, os Estados-Membro da União Europeia, a curto-prazo, têm de ser mais eficientes, solidários e ambiciosos uns com os outros e têm de aumentar a diversificação das fontes de energia abastecedoras. No futuro, é necessário que exista uma redução de utilização de combustíveis fósseis e, tem de se recorrer, em maior número, a fontes de energia com baixas emissões de carbono (as energias renováveis). Estas fontes de energia têm vantagens em relação às fontes energéticas mais poluentes, como a redução de emissões de dióxido de carbono e poluição atmosférica, existe a criação de novos postos de trabalho “verdes” – postos de trabalho ligados a energias menos poluentes -, existe uma poupança de investimento e custos, ao diminuir a dependência de países terceiros e ainda existe a exportação do “know-how”,

de acordo com a Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho³¹, relativa à Eficiência Energética.

A União Europeia, ao ser tão dependente da Federação Russa na matéria da energia, tem vindo a sofrer com as constantes alterações nos contratos de fornecimento de energia, visto que há manipulação de preços e de condições, sendo que a Federação Russa se aproveita do facto de saber que a energia que vende aos europeus serve de aquecimento e é um gerador de eletricidade. No entanto, a UE também tinha um interesse estratégico a dependência russa, ter a garantia de fornecimentos, melhores infraestruturas operacionais, eficiência energética e ainda transparência, de modo a melhorar o seu comércio de energia.

Os recursos energéticos são o setor que oferece maior estabilidade económica e política ao Kremlin, uma vez que o facto de a Federação Russa, para além de ser detentora de grandes quantidades de depósitos e fontes de petróleo, tem ainda os maiores depósitos explorados e por explorar do mundo de gás natural. Isto permite que a Federação Russa tenha um grande destaque no cenário internacional e ainda permite que os russos defendam que as fontes de energia que produz e a utilização da mesma é, para além de um recurso, um instrumento de poder e até uma arma de guerra.

No que toca a investimento direto estrangeiro, a UE é o maior ator no seio internacional, sendo que também é considerada o maior doador internacional e ainda uma das maiores potências comerciais. Isto é fundamentado com o facto de a EU regulamentar sempre questões de mercado e a constituição do mesmo, uma vez que o mercado europeu é estável e atrativo. O objetivo da União Europeia até 2020 era que cerca de 20% da energia fosse energia renovável, o que não foi bem conseguido, visto que o valor do consumo de energia em 2020 era de cerca de 11.7% da energia consumida. No seio da União Europeia, e face às medidas que tinham de ser tomadas, surgiram planos para fazer frente à poluição existente na atmosfera, de modo a causar o maior impacto possível para a melhoria do problema climático que se faz sentir.

³¹ Jornal Oficial da União Europeia. (2012). Diretiva 2012/27/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012 relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/EU e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE. On line. Recuperado em:

<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:315:0001:0056:PT:PDF>

A União Europeia tem estado na vanguarda da procura por uma evolução energética significativa nas últimas décadas. O continente europeu tem enfrentado desafios crescentes relacionados com a segurança energética, alterações climáticas e dependência de combustíveis fósseis. E, como resposta a essas preocupações, a UE tem desenvolvido políticas e iniciativas ambiciosas para promover uma transição para uma matriz energética mais sustentável. Como tal, a evolução energética da União Europeia e suas implicações para um futuro mais verde e resiliente passaram por³²:

- Segurança Energética -

A segurança energética sempre foi uma preocupação fundamental para a UE, uma vez que a dependência excessiva de fontes de energia externas, como o gás natural ou o petróleo russo, tornou o continente vulnerável a interrupções no fornecimento. Em resposta a esse problema, a UE tem trabalhado para diversificar as suas fontes de energia e melhorar a eficiência energética.

- A Ascensão das Energias Renováveis -

Uma das mudanças mais marcantes na evolução energética da UE tem sido a crescente importância das energias renováveis. A UE estabeleceu metas ambiciosas para aumentar a participação das energias renováveis no seu desenvolvimento energético.

- Eficiência Energética -

Melhorar a eficiência energética tem sido uma prioridade fundamental. A UE implementou regulamentações rigorosas para edifícios, transportes e indústria, visando reduzir o consumo de energia e as emissões de carbono. A modernização de edifícios e o incentivo ao transporte público e elétrico são exemplos de esforços nesse sentido.

- Descarbonização do Setor Energético -

A descarbonização do setor energético é uma parte crítica da evolução energética da UE. A redução das emissões de gases de efeito estufa tem sido um objetivo a atingir, com o encerramento das minas de carvão na Europa e o aumento do uso de fontes de energia mais limpas. A energia nuclear também desempenha um papel de destaque nos países europeus, fornecendo uma fonte de energia de baixa emissão de carbono.

³² Barnett, J. (2007). Environmental security and peace. In *Journal of Human Security*. No. 1. Pp. 4-16.

- Integração Energética e Interconexões -

A UE tem trabalhado para integrar as suas redes de energia, criando interconexões que permitem a transferência de eletricidade entre os Estados-Membro. Isso ajuda a equilibrar a oferta e a procura de energia, aumentando a segurança energética e apoiando a integração das energias renováveis.

- Investimento em Tecnologia e Inovação -

A União Europeia tem investido bastante em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias energéticas avançadas. Este investimento inclui armazenamento de energia, redes inteligentes e soluções de mobilidade sustentável, sendo que não impulsionam só a inovação, como também criam oportunidades económicas e empregos no setor de energia limpa.

- Política Energética Externa –

A diplomacia quer reforçar a sustentabilidade das fontes de energia existentes na UE, tal como consolidar a estabilidade no mercado de energia e desenvolver uma política energética externa, como tal, a Comissão Europeia estabeleceu alguns princípios para promover a mesma. Os princípios são o estabelecimento de acordos internacionais entre os atores internacionais, aumentar e melhorar as relações com os vizinhos europeus, estabelecer parcerias saudáveis com outros atores, tal como apoiar a cooperação entre os grupos, investir em instrumentos financeiros e em enquadramentos transparentes e legais e ainda, promover a segurança energética e apoiar uma troca de energia de confiança.

Apesar dos avanços significativos, a evolução energética da UE enfrenta desafios consideráveis. A dependência contínua de alguns países em combustíveis fósseis para o seu funcionamento, a resistência à mudança em setores tradicionais e a necessidade de investimentos massivos em infraestruturas são apenas alguns exemplos de desafios. Além disso, as políticas energéticas são amplamente moldadas por decisões políticas e debates em andamento sobre como equilibrar as necessidades energéticas com os objetivos climáticos. Adicionalmente, a produção europeia de energia é limitada, no entanto, a UE encontra-se numa posição vantajosa geograficamente, uma vez que se encontra entre a Federação Russa e a Noruega, dois grandes países produtores de energia. No entanto, nem tudo é positivo nessa proximidade. A UE está dependente da estabilidade interna destes países para a sua estabilidade; existe pouca confiança nos fornecedores de energia

existentes no mercado, uma vez que as ofertas que existem estão envolvidas em problemas políticos e económicos; existem problemas nas infraestruturas existentes no espaço europeu, havendo ameaças de corte de trânsito de energia, de forma a provocar o pânico a nível europeu e ainda não existe uma abordagem comum no âmbito da energia, visto que existem elementos principais que provocam preocupação, sendo eles a segurança no abastecimento, a concorrência e a proteção ambiental – estes três pontos interligam-se, no entanto, nem todos os Estados-Membro da UE conseguem definir qual deles é a sua principal prioridade, pelo que não existe consenso, tornando assim, a política europeia de energia bastante vulnerável.

A nível mundial, a evolução energética da UE tem implicações significativas, uma vez que a UE tem sido uma defensora ativa do Acordo de Paris e tem procurado liderar esforços internacionais para combater as mudanças climáticas³³. Os seus sucessos na transição para uma matriz energética mais verde e na redução das emissões de carbono têm servido como um exemplo inspirador para outras potências.

A evolução energética da União Europeia é uma história de transformação notável. A UE tem trabalhado incansavelmente para diversificar as suas fontes de energia, reduzir emissões de carbono e aumentar a eficiência energética, tudo isso enquanto promove a segurança energética. Este compromisso com uma transição energética sustentável não só beneficia o meio ambiente, como também fortalece a economia e a resiliência do continente europeu. À medida que o mundo enfrenta desafios crescentes relacionados com as mudanças climáticas e com a segurança energética, a experiência da UE serve como um farol de esperança e inspiração para outros países que estão em busca de um futuro mais verde e sustentável.

Relativamente ainda aos conceitos e medidas que foram explicadas neste subcapítulo, posso afirmar que os países europeus estão a ter um papel importante para conseguir espalhar a sua mensagem, no entanto, ainda não estão a dar a prioridade que é devida a esta questão, pois ainda se nota que é uma questão sensível e que provoca reações contraditórias ao resto do mundo.

³³ Op. Cit. Silva, T. (2018). A EU e a Segurança Internacional: Uma Nova Estratégia de Segurança Europeia num mundo Multicomplexo. Universidade de Évora.

2.2. Planos e ações europeias no setor energético

A produção e utilização de energia são responsáveis por mais de 75% da emissão de gases com efeito de estufa na UE. Para fazer frente a esta questão, é necessária uma descarbonização do sistema energético europeu, de modo a atingir objetivos a curto, médio e a longo prazo. Como tal, a EU criou e promulgou planos para atingir os objetivos propostos.

- Plano SET -

O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (SET) surgiu em 2008 e tenta fazer com que os impactos da aceleração da tecnologia energética sejam reduzidos, promovendo a cooperação entre Estados-Membro e a UE, a diminuição de custos de produção de novas tecnologias, o que possibilita que a transição energética seja competitiva. Para se conseguir desenvolver este plano, foi necessário a criação de grupos de trabalho e das Plataformas Europeias de Tecnologia e Inovação³⁴.

- Pacote “Energia Limpa para Todos os Europeus” -

No âmbito do quadro da política energética europeu, surgiu o pacote “Energia Limpa para Todos os Europeus”³⁵. Esta é uma iniciativa da União Europeia (UE) lançada em 2016 como parte do seu compromisso para com a transição para uma economia de baixo carbono. Este conjunto abrangente de medidas e regulamentações visa modernizar o setor energético europeu, tornando-o mais sustentável, eficiente e acessível. O pacote inclui metas ambiciosas de energia renovável, eficiência energética e redução de emissões de gases de efeito estufa até 2030, além de medidas para melhorar a segurança energética e empoderar os consumidores que tem como objetivos provocar uma interligação, maior flexibilidade e centralização no consumidor do mercado de eletricidade da União Europeia e, isto faz com que exista uma limitação nos preços praticados, o que acaba com

³⁴ European Union Law. (2015). Plano SET para o desenvolvimento de tecnologias hipercarbónicas. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=legissum:en0019>

³⁵ Conselho Europeu. (2020). Infografia – Clean Energy for Europeans: Key for Driving forward the Energy Union. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/energy-union/>

as distorções do mercado e cria mais concorrência. Para além disso, ainda foram tidos em consideração os atos legislativos para assegurar a segurança do aprovisionamento de energia em situações de crise e foi feita uma revisão do papel da Agência da Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER), de modo que este fosse reforçado.

- Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) -

No ano de 2019, e como sucessor da Estratégia Europa 2020, que consistiu num quadro de referência para os países europeus de promoção do crescimento económico e de criação de emprego, a Comissão Europeia, na pessoa da Presidente Úrsula Von der Leyen, promulgou uma comunicação relativa ao Pacto Ecológico Europeu, uma vez que houve uma perceção europeia para a urgência em agir face à conjuntura ambiental degradada que existe no quotidiano – alterações climáticas, poluição e perda da biodiversidade. Como tal, surgiu o PEE, para fazer face a este cenário e para permitir que a União Europeia se torne descarbonizada, verde, limpa e uma fonte eficiente de energia.

O Pacto Ecológico Europeu consiste num pacote de medidas que têm como objetivo reduzir as emissões de gases no ambiente e, conseqüentemente aumentar a ambição europeia para o clima até 2050³⁶, comprar energia segura, limpa e acessível, o investir em I&D (Inovação e Desenvolvimento) – acelerando a mobilidade sustentável e a preservação do ambiente natural europeu, promovendo um ambiente saudável e com zero poluição. Para conseguir atingir estes objetivos, tem como plano de ações a utilização eficiente de recursos, fazendo isto através de uma economia limpa e circular, tem ainda como plano a restauração da biodiversidade e a iniciativa “*Farm to Fork*”³⁷, que consiste no uso de alimentos biológicos.

Como medidas de economia para atingir os objetivos delineados por este pacto, encontram-se, por exemplo, o investimento em tecnologias não prejudiciais para o ambiente, o apoio à inovação industrial, implementação de opções de transporte com um preço mais baixo, mais ecológicas e saudáveis, a descarbonização do setor da energia, o aumento da eficiência energética dos edifícios (sejam eles mais antigos, ou novas

³⁶ Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. On line. Recuperado em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/RNC2050_PT-22-09-2019.pdf

³⁷ Comissão Europeia. (s.d.). Farm To Fork strategy. On line. Recuperado em: https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/farm-fork-strategy_en

construções) e ainda a cooperação com parceiros internacionais, de modo a haver normas ambientais globais melhoradas.

O EGD tem 4 principais objetivos, que são eles:

1. O alcance da neutralidade climática até 2050, sendo que existe um objetivo intermédio de redução de 55% até ao final de 2030³⁸ (Objetivo 55 - apresentado pela Comissão Europeia em 2021, consiste na revisão de 13 leis e 6 propostas legislativas – Lei Europeia do Clima³⁹ - cujo objetivo é alcançar a meta climática de redução de 55% das emissões até 2030 para, em 2050 se atingir a meta da neutralidade carbónica⁴⁰. Para realizar a revisão da legislação, foram fundamentais a Diretiva Energias Renováveis e ainda a Diretiva Eficiência Energética.)⁴¹ - A política energética integra estratégias de mitigação climática, através de políticas para a redução dos efeitos das alterações climáticas, e estratégias para a adaptação climática, através de um ajuste das medidas para a realidade das alterações climáticas

2. Transição de uma economia linear para uma economia circular – Numa economia linear apenas existe a preocupação de como as fontes de um produto são extraídas, processadas e utilizadas, enquanto numa economia circular, existe uma integração de uma produção sustentável, tendo como base o ciclo de vida de um produto e permite que sejam

³⁸ Conselho Europeu. (2023). Objetivo 55. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/fit-for-55-the-eu-plan-for-a-green-transition/>

³⁹ Jornal Oficial da União Europeia. (2021). Regulamento (EU) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de junho de 2021 que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) 401/2019 e (EU) 2018/1999 (“Lei Europeia em Matéria do Clima”). On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021R1119>

⁴⁰ Parlamento Europeu. (2013). Roteiro para a Energia 2050. On line. Recuperado em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-7-2013-0035_PT.html

⁴¹ Op. Cit. Comissão Europeia. (2021). Objetivo 55: alcançar a meta climática da EU para 2030 rumo à neutralidade climática. In Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021DC0550>

encaixados princípios de sustentabilidade entre a cadeia de abastecimento e os padrões de consumo

3. Preservação do ambiente – através da proteção da biodiversidade e dos ecossistemas.

4. Um fundo para uma transição justa, com o objetivo de facilitar o ajuste do caminho para as regiões e setores afetados desproporcionalmente pela transição ecológica, com a mensagem de fundo “leave no one behind”⁴², ou seja, fazer uma transição em que todos possam ter a mesma oportunidade de participar.

Para além destes objetivos, o Pacto Ecológico Europeu está em conformidade com o Objetivo 7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que consiste em “Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos”⁴³.

O Pacto Ecológico Europeu tem de envolver diferentes níveis de governação, que são eles: governação europeia, governação nacional e governação regional e local.

Na Governação europeia, os investimentos apenas são possíveis com um conjunto de países a contribuir, visto que são necessários preços elevados para investir no PEE. Para além disso, fazem um regulamento “verde” em que abordam lei climática e revisão de regulamentos europeus e é o único nível em que se consegue competir negocialmente e fazer investimentos para uma transformação global verde

Na governação nacional, existe um reforço do papel europeu, visto que são os governos nacionais que posicionam a sua indústria e que comandam em que rumo querem os seus produtos e serviços posicionados no mercado.

Na governação regional e local, existe a criação de iniciativas locais que podem ser confrontadas com alterações regionais ambientais, que por sua vez tiveram de motivar, introduzir e coordenar o empreendimento do PEE e ainda tiveram de ser confrontados com outras regiões com alterações semelhantes.

⁴² United Nations Sustainable Development Group, (s.d.). Universal Values. Principle Two: Leave No One Behind. On line. Recuperado em: <https://unsdg.un.org/2030-agenda/universal-values/leave-no-one-behind>

⁴³ BCSD Portugal. (s.d.). Objetivo 7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos. On line. Recuperado em: <https://ods.pt/objectivos/7-energias-renovaveis/>

Para existir sucesso no PEE, as três formas de governação têm de estar em sintonia, sendo que se tem de dar importância a todo o processo de funcionamento. No entanto, para além de estar em sintonia, tem de ser um processo flexível e que possibilite aprender ao implementar o processo.

Embora seja uma estratégia europeia, o sucesso do Pacto Ecológico Europeu não depende só dos Estados-Membro europeus como de cada um dos europeus e, dos cidadãos do mundo. O objetivo europeu neste contexto é fazer uma liderança pelo exemplo, ou seja, a UE quer ser um líder mundial na sustentabilidade e nos assuntos “verdes” e quer que países terceiros sigam o seu exemplo e que tomem medidas que fortaleçam a estratégia europeia. Esta é a oportunidade europeia de se afirmar nos mercados energéticos e fazer face a grandes potências produtoras de energia.

Relativamente à dimensão externa do PEE, a UE definiu pilares para as regiões Balcãs, para os países africanos e para os países vizinhos europeus. Relativamente às regiões Balcãs, a agenda tem cinco pilares de ação:

1. Ação climática
2. Biodiversidade
3. Luta pela poluição do ar
4. Fabrico e consumo de comida sustentável
5. Economia circular

Relativamente aos países africanos, e tendo em conta a realidade ser diferente, visto serem países mais vulneráveis e mais suscetíveis de serem prejudicados com os impactos da alteração climática, os pilares de ação também já não são os mesmos na sua totalidade: os dois pilares de ação que têm em comum com os países Balcãs é a biodiversidade e a economia circular; os outros pilares baseiam-se em governação “verde” / sustentável, assegurar segurança energética e criar mobilidade sustentável. Já os países vizinhos europeus têm como pilar principal uma transição sustentável para uma economia verde, em que a energia que utilizam, a resiliência do clima e o ambiente estão no topo das prioridades de ação. Qualquer um dos grupos anteriormente falados são mais vulneráveis caso sofram com as consequências do clima e ambiente, no entanto, não são eles os grandes responsáveis por a emissão de gases poluidores, mas sim as grandes potências mundiais.

O que foi mais complicado de acontecer, foi a questão de países terceiros e os seus respetivos cidadãos terem demorado a entender o quão importante estas leis e planos de ação são, pelo que foi necessário, a UE persuadir e pressionar os países terceiros por via diplomática e de aliança. Caso não o tivesse feito, tinha posto em causa o sucesso do PEE.

- REPowerEU -

Após o ataque por parte da Federação Russa à Ucrânia, a Comissão Europeia sentiu a necessidade de implementar um plano para fazer frente às dificuldades do mercado mundial da energia. Como tal, no ano de 2022, surgiu o REPowerEU⁴⁴, que tem como missão a poupança de energia, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético e como objetivo a criação de um sistema energético independente de terceiros e resiliente. Para além disso, este plano tem uma particularidade: obter resultados em curto prazo.

O REPowerEU tem 4 pilares, pelo qual se baseia: a diversificação dos parceiros de energia e a utilização de combustíveis alternativos; a promoção da poupança de energia; diminuir os tempos de transição de energias não renováveis para energias renováveis, de modo que os Estados-membro tenham uma menor necessidade de importar energia; e investir nas reformas necessárias para uma menor utilização de energias não renováveis.

Como se pode verificar ao longo deste capítulo, muitos foram os planos de ação que têm sido trabalhados pela União Europeia e os Estados nacionais, no entanto, a existência de todos estes planos incita a algumas questões, como “Será que cada plano está a ter o impacto que devia? Será que os planos são realizados a pensar no presente ou no futuro?”. Relativamente à primeira questão, não acredito que os planos estejam a ter o impacto que deveriam, visto que, se tivessem, não existia a necessidade de criar tantos planos num prazo de tempo relativamente curto. Como resposta à segunda questão, os planos, estão, na sua maioria, focados no presente e num futuro próximo, ou seja, 2050. Dada a proximidade destes planos, penso que possam estar a ser colocadas de parte medidas que podiam ser bem-sucedidas num futuro mais longínquo. No presente, penso que as

⁴⁴ Comissão Europeia. (2022). REPowerEU: Energia a preços acessíveis, segura e sustentável para a Europa. On line. Recuperado em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

medidas que estão a ser tomadas ainda estão muito longe das condições “ideais”, visto que existe uma grande falta de conhecimento por parte dos políticos e da população sobre as energias renováveis. Considero ainda que as medidas tomadas estão longe de chegar às realidades existentes nos vários países, visto que se encontram em diferentes velocidades de desenvolvimento e económicos.

Concluindo, neste capítulo abordou-se, principalmente, os pontos positivos da energia, ao serem explicadas as estratégias de renovação de energias, a redução da emissão dos gases com efeito de estufa e o aumento da biodiversidade, no entanto, a energia não tem apenas pontos positivos, também tem muitas falhas, como o caso do investimento e fabrico de material utilizado para a retenção de energias renováveis.

3. AMBIENTALISMO

No presente capítulo, o grande debate vai de encontro à sustentabilidade e os seus pontos positivos e negativos, tal como as suas oportunidades e dificuldades. Serão respondidas questões como a forma como o ambiente passou a ser um tema fundamental para ser tratado pelas políticas estatais e como as consequências da sustentabilidade ambiental podem ser prejudiciais para gerações futuras.

3.1. Surgimento do Setor Ambiental nos Planos Estatais

A política ambiental da UE teve as suas raízes no Tratado de Roma, que estabeleceu a Comunidade Económica Europeia em 1957. Desde então, a preocupação com questões ambientais cresceu constantemente com a evolução europeia e do mundo.

Após o decorrer de duas guerras mundiais, uma depressão e várias guerras civis, a política ambiental passou a ter um papel de destaque no mundo a partir de 1970, com o primeiro Dia da Terra e, de 1972, aquando da existência de uma Convenção na cidade de Paris, onde os países das Nações Unidas se juntaram e declararam a necessidade de existir uma política ambiental comunitária, uma vez que estava a ser constatado que o património cultural e natural estava cada vez mais em risco de destruição, devido à evolução social e económica, e o rumo que o mundo, na pessoa do Homem, estava a tomar⁴⁵. Foi então, na década de 70, que na UE começaram a surgir leis sobre o ambiente, no entanto, apenas em 1987, com o Ato Único Europeu é que foi introduzido o tema “ambiente”, com propostas de lei que visavam a proteção do mesmo, a proteção da saúde humana e a utilização dos recursos naturais. Para além disso, o Ato Único Europeu marcou um passo significativo rumo à integração europeia, estabelecendo um mercado único dentro da Comunidade Económica Europeia (CEE), precursora da UE. O ato visava eliminar barreiras comerciais e regulatórias entre os Estados-membro, promovendo a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais e, ainda fortaleceu as instituições europeias e estabeleceu uma cooperação mais ampla em áreas como política externa e

⁴⁵ Op. Cit. Organização das Nações Unidas. (1972). Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural. On line. Recuperado em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> 09/07/2023

cooperação judicial. O Ato Único Europeu foi um precursor importante para o estabelecimento do mercado único europeu e aprofundou a integração na Europa.

No ano de 1993, com o surgimento do Tratado de Maastricht, ficou definido que o ambiente passava a ser domínio de intervenção por parte das instituições europeias e o Tratado de Amesterdão, que entrou em vigor em 1999, veio fortalecer o papel dos europeus na proteção do ambiente em todos os setores, sempre tendo como princípio base o desenvolvimento sustentável. Pode ainda referir-se que com a existência da Estratégia de Lisboa a sustentabilidade apresenta um lugar de maior destaque nas políticas europeias.

No Tratado de Lisboa, em 2007, as alterações climáticas foram um tema predominante, uma vez que o caminho que o mundo estava a tomar já naquela altura era pouco sustentável. Como tal, o objetivo ambiental vigorado neste tratado foi a luta contra as alterações climáticas, tendo como base o desenvolvimento sustentável, não só europeu, mas para com países terceiros. O Tratado de Lisboa formalizou o compromisso da UE com a promoção do desenvolvimento sustentável e estabeleceu o princípio da integração da proteção ambiental em todas as suas políticas e ações. Isso significa que as considerações ambientais devem ser levadas em conta em todas as decisões da UE, de forma a garantir uma abordagem coerente para lidar com questões ambientais. Além disso, o Tratado de Lisboa fortaleceu o papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais na definição das políticas ambientais da UE. Isso ampliou a representação democrática e a participação dos cidadãos na formulação das políticas ambientais. O Tratado também introduziu a Cláusula de Solidariedade Energética, que visa garantir o fornecimento de energia seguro e sustentável para todos os Estados-Membro da UE. Isso tornou-se crucial à luz das crescentes preocupações com a segurança energética e a transição para fontes de energia mais limpas. Então, pode afirmar-se que o Tratado de Lisboa forneceu uma base legal sólida para o compromisso da UE com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que aprimorou a democracia e a coesão entre os Estados-Membro em questões ambientais e energéticas.

A importância que o tema do ambiente desenvolveu gerou a necessidade de existirem planos nacionais, em conformidade com os Tratados Europeus e das Nações Unidas. Como tal os Estados-Membro europeus criaram planos com base em cinco domínios: interconexões, eficiência energética, redução das emissões de gases de estufa, energias renováveis e investigação e desenvolvimento (I&D). Estes planos tiveram de ser

estruturados para todos os setores desde a agricultura até aos transportes, passando pela indústria, uma vez que todos os setores necessitam de reformas para existir uma resposta comum a nível europeu para o mundo.

No ano de 2015, aquando de uma cimeira organizada pela Organização das Nações Unidas para criar uma agenda que tivesse no seu princípio o desenvolvimento económico, social e ambiental e a erradicação da pobreza, foi adotada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁴⁶. Esta agenda tinha como objetivo a criação de um novo modelo global que acabasse com a pobreza, que promovesse a prosperidade e bem-estar de todos e que protegesse o ambiente contra as alterações climáticas. Para tal, foram integrados dezassete objetivos, cada um com metas definidas, que ficaram conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que vieram suceder os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Os ODM incluíam reduzir a fome e a mortalidade infantil, alcançar a igualdade de género, melhorar o acesso à educação primária, combater doenças como HIV/AIDS e malária, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer parcerias globais para o desenvolvimento. Embora alguns objetivos tenham sido parcialmente alcançados, os ODM serviram como um marco para direcionar esforços globais em direção a um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Os dezassete objetivos consistem em erradicar a pobreza e a fome, oferecer saúde e educação de qualidade; promover a igualdade de género, a redução de desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis e produção e consumo sustentáveis; melhorar o acesso à água potável e saneamento e às energias renováveis e acessíveis; ter acesso a trabalho digno e crescimento económico, tal como a indústria, inovação e infraestruturas e a paz, justiça e instituições eficazes; aumentar a ação climática e parcerias para a implementação de objetivos; e proteger a vida marinha e a vida terrestre. Estes dezassete objetivos dividem-se pelas prioridades da Comissão Europeia, sendo elas a fonte de inspiração para a criação do Pacto Ecológico Europeu, o funcionamento de uma economia para as pessoas, uma economia adequada à Era digital, melhorar o modo de vida europeu, criar uma Europa mais forte no mundo e promover a democracia na Europa.

A União Europeia (UE) emergiu como um líder global no setor ambiental, demonstrando um compromisso firme com a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade. Com uma

⁴⁶ Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. (s.d.). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. On line. Recuperado em: <https://ods.pt/ods/09/07/2023>

série de políticas ambiciosas, regulamentações e metas, a UE tem desempenhado um papel fundamental na promoção da consciencialização ambiental e na procura por soluções para os desafios ambientais globais, tendo em conta a evolução e as principais características do setor ambiental na política europeia.

Uma característica notável da política ambiental da UE é a definição de metas ambiciosas. A UE adotou metas significativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, aumentar a eficiência energética, promover energias renováveis e conservar a biodiversidade. O compromisso mais notório foi o Acordo de Paris, que visava a tarefa de limitar o aquecimento global a 2°C ou menos em relação aos níveis pré-industriais. Para tal acontecer, o direito ambiental na UE foi fundamental. O direito ambiental europeu estabeleceu regulamentações detalhadas e harmonizadas para um variado leque de questões, desde a qualidade do ar e da água até à gestão de resíduos e a proteção da vida selvagem. Esta aplicação de leis e regulamentos foi fulcral para a implementação das políticas ambientais.

A UE adotou uma abordagem abrangente legal para a energia e o clima, conhecida como a Política Energética do Clima. O objetivo desta política é reduzir drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa e promover a transição para fontes de energia limpas e renováveis. Isso inclui medidas como metas vinculativas para a redução das emissões de CO₂, o estabelecimento do Sistema de Comércio de Emissões da UE (EU ETS) - Lançado em 2005, o EU ETS é uma ferramenta central na estratégia da UE para combater as alterações climáticas. Ele estabelece um limite de emissões de gases com efeito de estufa para várias indústrias, como energia, produção e aviação, emitindo uma quantidade finita de permissões de emissão, chamadas de "*allowances*". As empresas que excedem os seus limites precisam adquirir mais *allowances* no mercado, incentivando, assim, a redução de emissões. Isto cria um sistema de mercado que promove a eficiência energética e a mitigação das mudanças climáticas, enquanto gera receita para investimentos em tecnologias limpas e sustentáveis - e o incentivo ao uso de energias renováveis⁴⁷. A Política Energética do Clima da União Europeia (UE) é um conjunto abrangente de diretrizes e estratégias projetadas para enfrentar os desafios urgentes

⁴⁷ Parlamento Europeu. (2023). Política Ambiental: Princípios Gerais e Quadro de Base. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.5.1.pdf

relacionados com as alterações climáticas e garantir a transição para uma economia mais limpa e sustentável. Esta política desempenha um papel fundamental na liderança global da UE em matéria de ação climática e é parte integrante do compromisso do bloco com o Acordo de Paris e outros acordos internacionais sobre mudanças climáticas. Uma das pedras angulares da Política Energética do Clima da UE é a estabelecimento de metas ambiciosas de redução de emissões de gases com efeito de estufa. A UE comprometeu-se a reduzir as suas emissões em pelo menos 55% até 2030 em comparação com os níveis de 1990, um objetivo significativamente mais rigoroso do que as suas metas anteriores. Além disso, a UE quer alcançar a neutralidade de carbono até 2050, um marco crucial para limitar o aquecimento global a 1,5 a 2°C. Uma parte central da política é a promoção das energias renováveis. A UE está empenhada em aumentar significativamente a participação das energias renováveis em sua matriz energética, visando alcançar pelo menos 32% da energia proveniente de fontes renováveis até 2030. Isso impulsiona investimentos em tecnologias limpas e cria empregos no setor de energias renováveis. A Política Energética do Clima também enfatiza a importância da eficiência energética. A UE estabeleceu uma meta vinculativa de economizar mais de 30% de energia até 2030, promovendo a modernização de edifícios, o uso de tecnologias mais eficientes e a redução do desperdício de energia. A UE opera um mercado de carbono, conhecido como Sistema de Comércio de Emissões da UE, que é o maior do mundo. Isso implica que as empresas e indústrias devem adquirir licenças de emissão para libertar gases poluentes. O número de licenças diminuiu ao longo do tempo, incentivando as empresas a reduzir suas emissões. Este sistema é uma ferramenta crucial para a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Já o transporte é responsável por uma parcela significativa das emissões de carbono na UE. Portanto, a política procura promover soluções de transporte mais sustentáveis, como veículos elétricos, transporte público eficiente e infraestrutura para ciclistas e pedestres⁴⁸. Além disso, a UE está a trabalhar para descarbonizar o setor da aviação e marítimo. A UE reconhece a importância da justiça climática e da transição justa, o que significa que as medidas tomadas não devem prejudicar desproporcionalmente os grupos vulneráveis ou as regiões dependentes de setores intensivos em carbono. Em vez disso, a UE quer criar oportunidades de emprego em

⁴⁸ Trindade, G. (2022). Uma Cidade Sem Carros. On line. Recuperado em: <https://setentaquatro.pt/cronica/uma-cidade-sem-carros>

setores verdes e apoiar as comunidades afetadas pela transição para uma economia de baixo carbono.

A UE desempenha um papel ativo na cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas⁴⁹. Além de cumprir os seus compromissos sob o Acordo de Paris, a UE fornece assistência financeira aos países em desenvolvimento para ajudá-los a lidar com os efeitos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono⁵⁰. A pesquisa e a inovação desempenham um papel vital na implementação da Política Energética do Clima da UE. A UE investe significativamente em tecnologias limpas, pesquisa sobre energias renováveis e desenvolvimento de soluções sustentáveis para enfrentar os desafios climáticos. Resumidamente, a Política Energética do Clima da UE é um esforço abrangente e ambicioso para liderar a ação climática global e enfrentar a crise climática de maneira decisiva. Ela demonstra o compromisso da União Europeia em criar uma economia mais sustentável, proteger o meio ambiente e garantir um futuro mais seguro para as gerações futuras. Além disso, serve como um exemplo e um catalisador para a ação climática em todo o mundo, incentivando outros países a seguir o mesmo caminho em direção a um planeta mais verde e resiliente.

A sociedade civil e a juventude desempenham um papel fundamental na promoção da política ambiental na UE. Movimentos como o “*Fridays for future*”, liderado pela ativista Greta Thunberg, têm pressionado os governos e a UE a tomarem medidas mais audaciosas para combater as mudanças climáticas⁵¹. O ativismo e a consciencialização pública são fatores que impulsionam a política ambiental.

Relativamente à biodiversidade, a UE também demonstrou um forte compromisso com a mesma e com a conservação da natureza. A Rede Natura 2000 é um dos maiores sistemas de áreas protegidas do mundo e abrange uma grande variedade de habitats e espécies. É um dos pilares mais importantes da conservação da biodiversidade na União Europeia. Criada em 1992 como parte da legislação ambiental europeia, abrange uma vasta extensão

⁴⁹ Parlamento Europeu. (2023). Combater as Alterações Climáticas. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.5.2.pdf

⁵⁰ Conselho Europeu. (2023). Acordo de Paris sobre alterações climáticas. On line. Recuperado em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/>

⁵¹ Fridays for Future. (s.d.). Our Demands. On line. Recuperado em: <https://fridaysforfuture.org/what-we-do/our-demands/>

de terras e águas, englobando áreas naturais e seminaturais que são de extrema importância para a conservação da diversidade biológica do continente, incluindo uma ampla gama de habitats, desde florestas antigas até zonas húmidas e habitats marinhos⁵². Além disso, abriga inúmeras espécies de plantas e animais que dependem desses ambientes para sobreviver. O objetivo da Rede Natura 2000 não é apenas proteger a natureza, mas também garantir um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a conservação ambiental. Isto significa que as atividades humanas, como agricultura e turismo, são cuidadosamente geridas nessas áreas para minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente. A Rede Natura 2000 é uma demonstração notável do compromisso da União Europeia com a sustentabilidade e a proteção da biodiversidade. Ela desempenha um papel vital na promoção da coexistência harmoniosa entre seres humanos e a natureza, contribuindo para um futuro mais verde e saudável para todos os europeus e para o planeta como um todo. Para além da Rede Natura 2000, surgiu a Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030, que estabelece metas ambiciosas para a restauração de ecossistemas e a proteção da biodiversidade. A Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030 é um plano ambicioso e crucial estabelecido pela União Europeia para abordar os desafios crescentes relacionados com a perda de biodiversidade e com a degradação dos ecossistemas. Lançada em maio de 2020, a estratégia visa reverter o declínio da biodiversidade na Europa e estabelece metas ambiciosas para a próxima década. Uma das principais metas da estratégia é proteger pelo menos 30% das terras e mares da Europa, garantindo que as áreas naturais valiosas sejam preservadas e restauradas. Além disso, a estratégia tenta promover a agricultura ecológica, a pesca sustentável e a redução do uso de pesticidas, visando a conservação da biodiversidade nos ambientes agrícolas. A Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030 também abrange a restauração de ecossistemas degradados, a eliminação da poluição e a promoção de práticas sustentáveis em setores como transporte, energia e construção. Ela ainda reconhece que a biodiversidade é essencial para a saúde humana, a resiliência climática e a economia. Esta estratégia representa, então, um compromisso significativo da União Europeia para enfrentar a crise global de biodiversidade e contribuir para metas globais, como o Acordo de Paris e as Metas de Biodiversidade de Aichi. Além disso, ela

⁵² Ferreira, D. (s.d.). Tudo o que o Ambiente Tem (de) Direito. On line. Recuperado em: <https://pme.pt/o-direito-do-ambiente/>

demonstra a determinação da UE em liderar esforços de conservação e proteção ambiental, contribuindo para um futuro mais sustentável e saudável para todos.

A economia circular é uma pedra angular da política ambiental da UE. O Plano de Ação para a Economia Circular estabelece metas para a redução do desperdício e o aumento da reciclagem. Além disso, a UE tem diretrizes rigorosas para a gestão de resíduos, incentivando a reciclagem e a redução do lixo.

Os europeus também desempenham um papel ativo na diplomacia ambiental global. Eles utilizam a sua influência para promover a ação climática e a proteção ambiental em fóruns internacionais. Além disso, a UE promove parcerias com países em desenvolvimento para apoiar a mitigação das mudanças climáticas e a adaptação aos seus impactos.

Apesar dos muitos sucessos, a política ambiental da UE também enfrenta desafios e críticas. Um dos principais desafios é a necessidade de implementação eficaz e o seguimento rigoroso das regulamentações ambientais. Além disso, a dependência contínua de combustíveis fósseis em alguns Estados-Membro e a pressão da indústria podem criar obstáculos para uma transição mais rápida para fontes de energia limpa.

As críticas também incluem preocupações sobre a falta de ação mais rápida e decisiva, especialmente em relação à redução das emissões de gases com efeito de estufa. Alguns argumentam que as metas climáticas da UE ainda não são suficientes para evitar os piores impactos das mudanças climáticas.

O futuro da política ambiental da UE é crucial para o planeta. A UE enfrenta o desafio de atingir suas metas ambiciosas, ao mesmo tempo em que promove a recuperação económica após a pandemia do COVID-19. A revisão constante das políticas e a adaptação às últimas descobertas científicas são essenciais para manter o compromisso ambiental da UE.

A União Europeia emergiu como um líder global na política ambiental, estabelecendo metas ambiciosas e regulamentações rigorosas para proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas⁵³. A abordagem da UE envolve a integração da dimensão ambiental em todas as políticas, desde a energia até à economia circular, e a promoção da diplomacia ambiental em fóruns internacionais. No entanto, alguns desafios persistem, e

⁵³ Barros, F. (1996). Ambientalismo, Globalização e Novos Atores Sociais. On line. Recuperado em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/download/44102/33703/134272>

a implementação eficaz das políticas e a aceleração da transição para uma economia verde são tarefas cruciais para o futuro. A política ambiental da UE não só beneficia os cidadãos europeus, como também serve como um farol de esperança e inspiração para o mundo.

3.2. Explicação e consequências da sustentabilidade ambiental

O conceito de sustentabilidade surgiu nos anos 80, quando o ecologista Lester Brown definiu sustentabilidade como a capacidade de satisfazer as necessidades sem uma diminuição de oportunidades para gerações futuras⁵⁴. Sustentabilidade pode ainda ser considerada como o encontro dos melhores resultados possíveis tanto para o ser humano como para o ambiente, tanto no presente, como no futuro⁵⁵. Qualitativamente, quando se aborda a sustentabilidade, abordam-se afirmações éticas sobre a ecologia, visto que não se pode criar de partida sociedades sustentáveis, mas pode-se moldar de forma sustentável as sociedades e ecossistemas já existentes. No ponto de vista quantitativo, a visão sobre a sustentabilidade muda consoante a forma como se analisa os índices de sustentabilidade e como os fatores sustentáveis afetam o sistema. Relativamente ao nível de atuação da política ambiental, é limitada pelo princípio de subsidiariedade (divisão de competências por diferentes níveis de poder, ou seja, o objetivo é assegurar a autonomia de uma autoridade subordinada face a uma autoridade superior), e pela exigência da unanimidade na tomada de decisão no Conselho⁵⁶.

O primeiro passo para se construir uma sociedade humana sustentável consiste em entender os princípios comuns dos ecossistemas e as características da mesma, como o tipo de economia e estrutura social e física. Existem quatro princípios fundamentais na política ambiental da UE: o Princípio da Prevenção, o Princípio da Correção da Poluição na Fonte, o Princípio da Precaução e o Princípio do Desenvolvimento Sustentável. O

⁵⁴ Jones, A. & Seville D. (2018). An Economy Designed To Sustain The Environment. On line. Recuperado em: <https://thesystemsthinker.com/an-economy-designed-to-sustain-the-environment/>

⁵⁵ Mazilu, M.E. (2009). Sustainability or Sustainable Development a Responsibility of The Environmental Specialists. On line. Recuperado em: <http://www.confcamp.ase.ro/2009/8.pdf>

⁵⁶ Torgerson, D. (1994). Strategy and Ideology in Environmentalism: A Decentered Approach To Sustainability. In Industrial & Environmental Crisis Quarterly, Vol. 8, Nº4.

princípio da prevenção consiste em evitar que exista risco ambiental, sendo que a sua aplicação é feita nos casos em que já se conhecem os impactos ambientais e é aplicado através da realização de avaliações de impacto ambiental ou da realização de licenciamentos ambientais. O princípio da correção da poluição na fonte está ligado ao princípio da prevenção, pois defende que deve de haver uma solução na fonte que minimize os impactos ambientais causados. O princípio da precaução está relacionado com o conceito de sustentabilidade ambiental das atividades humanas e a sua forma de ação é a limitação de consequências (embora não comprovadas cientificamente) que podem causar danos. O princípio do desenvolvimento sustentável tem como missão a satisfação das necessidades da geração atual, sendo que tem de haver necessidade de satisfazer, também, as necessidades gerações futuras. Ainda existe o princípio do poluidor-pagador, que consiste em empresas que têm como responsabilidade responsabilizar-se pelos danos ambientais que causaram e devem colocar em prática as medidas necessárias para prevenir os possíveis danos⁵⁷.

A política (através de leis e regulamentos), a economia (através do mercado) e a ciência e tecnologia (através do conhecimento tecnológico do dia-a-dia) são os principais domínios da sociedade implementados por questões ambientais.

Existem dois conceitos que explicam a proteção do ambiente como responsabilidade básica da sociedade humana, que são eles o conceito sociocultural da proteção da vida, que está interligado com a tradição cultural da sociedade humana e, o conceito científico-tecnológico do desenvolvimento sustentável, que se baseia tanto nas tradições como do conceito sociocultural da proteção da vida.

Quando se aborda a sustentabilidade, pode-se afirmar que a mesma tem boas e más consequências, sendo elas:

- Consequências positivas: Investimentos verdes que permitem criar emprego de alta qualificação e encontrar soluções personalizadas tornam uma parte do valor agregado mais importante. Assim, existe uma maior possibilidade de o mercado da União

⁵⁷ European Union Law. (2020). O princípio do “poluidor-pagador” e a responsabilidade ambiental. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/the-polluter-pays-principle-and-environmental-liability.html>

Europeia se tornar um dos primeiros mercados globais que combina a qualificação dos postos de trabalho com serviços digitais e inovação sustentável.

- Consequências negativas: Possibilidade de existir uma prioridade particular para o crescimento inovador e isso pode ser contrário a qualquer objetivo verde, uma vez que são necessárias forças internacionais e competição tecnológica que não são sustentáveis.

Ainda sobre as consequências positivas, que afetam não apenas o meio ambiente, como também a sociedade e a economia global, baseiam-se na:

- Preservação da Biodiversidade: Uma das consequências mais importantes da sustentabilidade ambiental é a preservação da biodiversidade. Isso significa que as futuras gerações continuarão a desfrutar da riqueza e da variedade da vida na Terra, incluindo a capacidade de utilizar recursos naturais renováveis, como alimentos, madeira e medicamentos.

- Redução de Impactos Ambientais Negativos: A adoção de práticas sustentáveis ajuda a reduzir a poluição do ar, da água e do solo, minimizando os impactos negativos sobre a saúde humana e os ecossistemas.

- Melhoria da Qualidade de Vida: A sustentabilidade ambiental promove um ambiente mais limpo e saudável para as pessoas viverem. Isso contribui para a melhoria da qualidade de vida, e a existência de menos doenças relacionadas com a poluição e uma maior apreciação da natureza.

- Estabilidade Económica: A economia global também se beneficia com a sustentabilidade. A utilização eficiente de recursos naturais, a inovação em tecnologias limpas e a promoção de práticas comerciais responsáveis podem impulsionar o crescimento económico a longo prazo e reduzir a vulnerabilidade a choques ambientais.

- Resiliência a Desastres Naturais: A preservação dos ecossistemas naturais desempenha um papel fundamental na redução dos riscos de desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra, tornando as comunidades mais resistentes a esses eventos naturais.

- Oportunidades de Negócios Sustentáveis: A sustentabilidade cria oportunidades de negócios sustentáveis, como a indústria de energias renováveis, a agricultura orgânica e

tecnologias de reciclagem, que podem gerar empregos e impulsionar o crescimento económico.

- Redução da Dependência de Recursos Finitos: A procura pela sustentabilidade ajuda a reduzir a dependência de recursos naturais finitos, como combustíveis fósseis, que são esgotáveis e contribuem para as alterações climáticas.

- Contribuição para Metas Globais: A sustentabilidade ambiental está alinhada com metas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável impostos pelas Nações Unidas, que visam à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e à promoção da prosperidade para todos.

- Cooperação Internacional: A sustentabilidade ambiental exige uma frequente cooperação internacional, o que pode promover relações pacíficas e a resolução de conflitos entre nações.

- Legado para Futuras Gerações: É a consequência mais significativa da sustentabilidade ambiental, uma vez que é a população do agora que define o legado que se deixa para as futuras gerações. Ao adotar práticas sustentáveis hoje, está a ser assegurado que as próximas gerações têm a oportunidade de viver num mundo saudável e próspero.

A sustentabilidade e o crescimento de inovações tanto podem ser complementares como podem ser contrários, tendo em conta as consequências anteriormente apresentadas, que se baseiam em perspetivas das políticas europeias, de modo a perceber qual é a melhor forma para implementar o Pacto Ecológico Europeu, de modo a diminuir o impacto que o mesmo vai causar.

Em primeiro lugar, os políticos têm diferentes opiniões relativamente às políticas públicas, o que faz com que estejam constantemente em conflito em respostas relativas às alterações da neutralidade carbónica. Para não existir um desentendimento a nível europeu (que é quem quer implementar o Pacto Ecológico Europeu), é essencial que os países pertencentes à União Europeia estejam de acordo com os objetivos verdes implementados⁵⁸.

⁵⁸ Comissão Europeia. (2021). Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (EU) 2018/841 no respeitante ao âmbito de aplicação, à simplificação das regras de conformidade, ao estabelecimento das metas dos Estados-membros para 2030 e ao

Em segundo lugar, existe uma diferença geográfica de descontentamento emergente de diferentes países, sendo que alguns deles são países vizinhos aos europeus. Este descontentamento acontece porque existem várias cidades e regiões que são mais fracas economicamente e sentem-se desconectadas com as narrativas políticas implementadas, uma vez que não têm condições para investir o necessário para produzir energia. As regiões mais fracas economicamente têm tendência a que os jovens e os trabalhadores mais qualificados saiam de lá à procura de melhores condições de vida, criando transições demográficas e, desta forma, as regiões não têm grande forma de se fortalecer economicamente. Estas são, então, as condições “perfeitas” para que seja mais complicada a transição digital e ecológica.

A Política de Coesão tem um foco principal na prosperidade e viabilidade do desenvolvimento regional nas regiões mais fracas e menos resilientes, uma vez que são as regiões que mais precisam de ajuda, já que a sustentabilidade é um processo dispendioso e que necessita de investimento. A política de coesão é uma das políticas fundamentais da União Europeia (UE) que visa reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais entre as regiões da União Europeia. Ela tem como objetivo promover a convergência e a solidariedade entre regiões mais ou menos desenvolvidas, garantindo que nenhum Estado-Membro seja deixado para trás no processo de integração europeia.

Os principais elementos da política de coesão incluem o financiamento, em que a política de coesão é apoiada por fundos estruturais e de investimento, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE). Os fundos financiam projetos e programas destinados a melhorar as infraestruturas, a educação, o emprego, a inovação e o desenvolvimento regional, a redução das desigualdades, através da redução das disparidades de renda e qualidade de vida entre as regiões da UE, concentrando-se em regiões menos desenvolvidas e apoiando o desenvolvimento económico e social, o desenvolvimento sustentável, incentivando a utilização eficiente de recursos, a transição para energias limpas e a proteção ambiental, a inclusão social, que

compromisso de alcançar coletivamente a neutralidade climática nos setores do uso dos solos, das florestas e da agricultura até 2035, e o Regulamento (EU) 2018/1999 no respeitante à melhoria dos processos de monitorização, comunicação de informações, acompanhamento dos progressos e análise. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:16293743-14c7-11ec-b4fe-01aa75ed71a1.0009.02/DOC_1&format=PDF

visa combater a exclusão social, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão de grupos vulneráveis, como desempregados, jovens e idosos, o desenvolvimento regional equilibrado, que procura garantir que o crescimento económico ocorra de forma equilibrado em toda a UE, evitando concentrações excessivas de atividades económicas em áreas já desenvolvidas.

A política de coesão desempenha um papel crucial na construção de uma União Europeia mais coesa, justa e equitativa, ajudando a alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e fortalecendo o sentido de unidade entre os Estados-Membro. Ela reflete o compromisso da UE com a solidariedade e a coesão entre suas diversas regiões e cidadãos. A reorientação e uma melhoria da tecnologia providencia a que os objetivos do Pacto Ecológico Europeu sejam mais consensuais entre os políticos, visto que permitem que haja uma reconciliação entre narrativas e pensamentos opostos relativamente à sustentabilidade.

Relativamente ao reforço do Apoio Científico do Pacto Ecológico Europeu, é abordada uma relação entre as alterações climáticas que existem com a ciência e a inovação de tecnologia que é necessária para a implementação do Pacto Ecológico Europeu, visto que esta é a política que a União Europeia tornou como medida para as alterações climáticas.

As alterações climáticas estão diretamente ligadas com o modelo que se segue de produção e consumo e é necessário delinear caminhos para a prosperidade e igualdade. Então, com a ajuda da ciência, o Pacto Ecológico Europeu foca-se na aceleração da transição de cinco sistemas socioeconómicos: a energia, a agricultura sustentável, a produção, a habitação e a mobilidade. Estes cinco sistemas socioeconómicos são importantes, uma vez que ajudam a compreender como funcionam os sistemas e os seus atores, tal como estão a decorrer as transições e quais são os efeitos das políticas europeias nas pessoas e locais.

A inovação sustentável é outro tópico importante de referir quando abordamos a sustentabilidade apoiada pelo Pacto Ecológico Europeu. Com esta iniciativa, surgiu a ideia de um sistema que reflete a interação de sustentabilidade, competitividade e inclusão, que tem como base a diversidade social, económica, cultural e geográfica europeia. Este sistema ainda funciona com três dimensões: os atores, que orientam as estratégias e investimentos; a inovação, que aborda o sucesso da política de inovação e

como as inovações surgem e evoluem; e o impacto, que pode ser obtido a nível mundial, da prosperidade do processo e das pessoas.

Pode-se concluir que existem diferentes perspetivas no processo da integração europeia relativamente à sustentabilidade e que a inovação é extremamente importante no processo da mesma. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, e ainda que dentro da União Europeia, existe uma diferença de opiniões relativamente a esta política, visto que é necessária inovação para implementar esta política e a mesma envolve custos bastante elevados que são difíceis de acompanhar por todos os países.

A sustentabilidade ambiental é um conceito multifacetado cujo princípio fundamental é a forma como se interage com o mundo natural para garantir que as gerações atuais e futuras tenham acesso a recursos suficientes e um ambiente saudável, sempre sem colocar em causa a capacidade de a geração futura ter capacidade de atender as suas necessidades. Este conceito, que emergiu como uma resposta às crescentes preocupações ambientais, engloba uma série de princípios interconectados que orientam as ações em direção a uma coexistência harmoniosa para com o mundo. A sustentabilidade considera que existe um equilíbrio entre os aspetos económicos, sociais e ambientais da nossa interação com o meio ambiente. Isto significa, então, que não se podem explorar recursos naturais indiscriminadamente, poluir de forma desenfreada ou causar danos irreparáveis à biodiversidade e aos ecossistemas.

Para alcançar a sustentabilidade ambiental, é necessário adotar práticas que minimizem o impacto ambiental e promovam a preservação do meio ambiente, como tal foram abordadas questões como:

- Uso Responsável de Recursos Naturais, que implica a utilização de recursos naturais, como água, solo, minerais e energia, de forma eficiente e equilibrada, de forma a não os esgotar ou prejudicar os ecossistemas que os sustentam.
- Redução da Emissão de Poluentes, de forma a evitar a poluição do ar, da água e do solo, e é essencial adotar tecnologias mais limpas e regulamentações ambientais rigorosas que limitem a emissão de gases poluentes.
- Preservação da Biodiversidade, que consiste na proteção das espécies e dos ecossistemas, uma vez que é crucial manter a diversidade biológica do planeta, de forma

que contribuam para a estabilidade dos ecossistemas e para o benefício da humanidade de várias maneiras.

- Eficiência Energética, através da promoção do uso eficiente de energia, a adoção de fontes de energia renovável e a redução do consumo energético, que são essenciais para diminuir o impacto ambiental das atividades humanas.

- Minimização de Resíduos, com a redução de produção de lixo, a reciclagem e a reutilização de materiais de forma a ajudar a diminuir a quantidade de resíduos sólidos produzidos e a pressão sobre os aterros sanitários.

- Responsabilidade Social e Económica, em que as empresas e as organizações desempenham um papel fundamental na sustentabilidade, adotando práticas comerciais responsáveis e éticas.

É fundamental que a população tome iniciativas sustentáveis, de modo que exista uma maior preservação dos ecossistemas, evitar a poluição dos recursos naturais e ainda promover a eficácia energética. Sem estas iniciativas, estão em causa, não só as gerações futuras populacionais, como ainda a natureza e o mundo como o conhecemos. Em resumo, a sustentabilidade ambiental é uma abordagem que reconhece a interconexão entre o meio ambiente, a sociedade e a economia.

4. GUERRA NA UCRÂNIA E SANÇÕES EUROPEIAS

Este capítulo vem abordar a questão bélica que mais se tem falado nos últimos dois anos: a Guerra da Ucrânia. Questões como se haverá benefícios que justifiquem esta guerra, se as sanções que estão a ser aplicadas são as mais adequadas e as consequências deste conflito bélico para o mundo vão ser abordadas, de modo a entender um pouco mais detalhadamente as questões levantadas.

4.1. Guerra na Ucrânia

A Ucrânia é um país com uma longa história, marcada por influências culturais e políticas diversas. Durante séculos, a Ucrânia esteve sob o domínio de impérios como o Otomano, o Austro-Húngaro e o Russo. A sua independência foi efémera, com períodos intermitentes de autonomia. Este é um país etnicamente diverso, com uma significativa população de língua russa, principalmente no Leste e no sul. A política linguística e as tentativas de promover o ucraniano como língua oficial geraram tensões entre essas comunidades linguísticas. Para além disso, a Ucrânia tem uma localização estratégica, fazendo fronteira com a Federação Russa a leste e com países da União Europeia a oeste. Isso torna-a um ponto de interesse geopolítico, com influências tanto da Federação Russa e do Ocidente.

A Guerra na Ucrânia é um dos conflitos mais prolongados e complexos do século XXI, que tem afetado profundamente não apenas a Ucrânia, como também as relações internacionais. Este conflito tem raízes históricas profundas e causas multifacetadas, que vão desde questões étnicas e culturais até rivalidades geopolíticas entre grandes potências.

Após a queda da URSS, no ano de 1991, a Ucrânia ficou com posse do terceiro maior armamento nuclear do mundo, para além de passar a ser independente, devido à existência de um referendo. A Ucrânia declarou a sua independência e tornou-se uma nação soberana. Essa transição foi acompanhada por desafios económicos, políticos e sociais significativos. A independência ucraniana nunca foi aceite pelos russos, principalmente pelos políticos e elites mais antigas, visto que não estavam preparados para reconhecer esta alteração política e geográfica. No ano de 1994, e com a intenção de desnuclearizar a Ucrânia, foi assinado um memorando em Budapeste entre os Estados Unidos da América, a Federação Russa e o Reino Unido – *Memorandum on Security Assurances in*

*connection with Ukraine's accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*⁵⁹. Este memorando definia que os três atores tinham de respeitar que a Ucrânia era um país independente e soberano e tinham de aceitar as fronteiras existentes no país. Além disso, tinham a obrigação de não utilizar a força, armamento e a ameaça contra a integridade territorial e contra a independência política ucraniana. Para reforçar o memorando, no ano de 1997, foi assinado o “*Treaty on Friendship, Cooperation and Partnership*” entre a Federação Russa e a Ucrânia, onde fixavam uma parceria e reconheciam uma inviolabilidade das fronteiras e onde se preservava o respeito pela integridade territorial.

No ano de 2004, existiu uma revolução em território ucraniano que ficou conhecida como “Revolução Laranja”. Esta revolução consistiu num conflito entre forças pró-ocidentais e forças pró-democráticas que, apoiadas pelos Estados Unidos da América, derrubaram o governo que estava no poder, apoiado pelos russos, e chegaram ao poder. Esta situação deixou a Federação Russa bastante desconfortável, uma vez que percebeu que estava a começar a perder território ucraniano para os ocidentais.

No ano de 2008, Putin veio dar mais força ao pensamento russo, afirmando para com George Bush, presidente dos EUA da época, que não considerava que a Ucrânia fosse um Estado, mas sim, parte integrante da Federação Russa. Como tal, ainda apresentou medidas estratégicas para a Ucrânia não se aproximar da política e economia europeias, pelo que transformou a Parceria Oriental num confronto geopolítico.

Ao analisar-se a política interna russa no ano de 2014, mais concretamente, no mês de fevereiro, iniciou-se uma guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, que ficou conhecida por Crise *Euromaidan* ou Primavera Ucraniana, em que os manifestantes exigiam uma maior integração europeia e manifestações contra o governo do presidente da altura, Viktor Yanukovich, visto que este praticava uma corrupção generalizada, tendo provocado, assim, instabilidade política que fez com que a confiança do povo ucraniano no seu governo deixasse de existir. A guerra na Ucrânia pode ser seguida a partir de 2014,

⁵⁹ Estados Unidos da América, Federação Russa, Grã-Bretanha e Ucrânia. (1994). Memorandum on security assurances in connection with Ukraine's accession to the Treaty on the Non-Proliferation of nuclear weapons. On line. Recuperado em: https://policymemos.hks.harvard.edu/files/policymemos/files/2-23-22_ukraine-the_budapest_memo.pdf?m=1645824948

quando a Ucrânia experimentou uma série de ataques por parte dos russos que levaram à anexação da Crimeia por esses e ao início de um conflito no leste do país. Em fevereiro de 2014, a Federação Russa anexou a Crimeia, península ucraniana rica em história e estrategicamente importante. Esta atitude foi amplamente condenada pela comunidade internacional e levou a uma escalada das tensões. A crise interna no país permitiu que existisse uma maior fragilidade por parte dos ucranianos, facilitando a operação da retirada da Crimeia como parte do território, tal como manter a guerra híbrida existente no Donbass e por uma tentativa por parte dos russos de recuperar território ucraniano – invasões que tiveram repercussões até hoje. Após a anexação da Crimeia, grupos separatistas pró-russos tomaram o controle de partes do leste da Ucrânia, desencadeando um conflito armado entre esses grupos e as forças ucranianas. Este conflito, que ainda persiste no presente, causou milhares de mortes e ainda deslocou muitos ucranianos das suas casas. Com estas intervenções sucessivas, a Federação Russa tinha como um dos objetivos a limitação da expansão da NATO, de modo a afastar a influência ocidental do território que outrora lhe tinha pertencido.

Para além do território terrestre ucraniano, a política da Federação Russa passou, também, por controlar a costa do Mar Negro, uma vez que a nível geoestratégico a costa do mar negro constitui o ponto crucial do interior russo e a nível geoeconómico, este mar serve de caminho para os recursos energéticos vindos do mar Cáspio e ainda considerado é pela Federação Russa “águas quentes”, ou seja, fronteira do território europeu.

Decorria o ano de 2015, quando a guerra russa com a Ucrânia passou para um conflito “congelado”, ou seja, estava em stand-by, mas não ia ficar por aí, visto que a Federação Russa já tinha mostrado que não se ia contentar apenas com as regiões que tinha reconquistado. O objetivo da Federação Russa era estender a sua influência por todo o país ucraniano, defendendo que o mesmo devia ser federalizado e considerado território russo. Este ataque por parte da Federação Russa deixou para trás um país fragmentado e com uma sociedade dividida.

O território da Ucrânia tem uma importância extrema tanto a nível geoestratégico, pois é a barreira de segurança entre o território europeu e o território russo, como a nível das relações, visto que a Ucrânia influencia as relações internacionais existentes entre estes dois atores, o que contribui para a segurança dos vários setores. Para a NATO, o território apresenta uma importância extrema também pela mesma razão.

A EU rege-se muito pelo *soft power*, ou seja, através da implementação da democracia, e a crise no território ucraniano veio mostrar à EU que existe uma fragilidade muito grande desta, por parte do *hard power*, ou seja, o poder de utilização de força, já que não é um recurso em que tenham investido. No entanto, com esta crise, chegou-se à conclusão de que ainda são necessárias implementações de *high politics* para existir uma resolução de conflitos.

Decorria o ano de 2022, quando foi realizada uma operação militar de grande escala por parte da Federação Russa para atacar a Ucrânia abertamente através do poder militar, visto que achavam que iam encontrar uma tropa ucraniana enfraquecida e sem dar luta, como aconteceu na região da Crimeia⁶⁰, em 2014. No entanto, e ao contrário do que estava à espera, quando chegou ao território ucraniano, encontravam-se forças militares ucranianas com preparação para fazer frente às tropas russas e, ainda tinham material bélico com capacidade de fazer frente ao que os russos possuíam⁶¹. Ainda por cima, mesmo a Ucrânia não sendo membro da NATO, tanto esta instituição como os países ocidentais a apoiaram e têm vindo a ajudar com o envio de exército e materiais de artilharia pesada, já que os Estados que fazem fronteira direta com a Ucrânia são território que pertence à NATO e, caso o conflito entre a Federação Russa e a Ucrânia tome outras proporções, são as fronteiras da NATO que ficam ameaçadas. Esta operação militar veio redefinir a questão regional da segurança.

Devido ao problema bélico que se estava a registar, a NATO organizou a Cimeira de Madrid, que tinha como temas centrais de discussão a invasão russa à Ucrânia e a entrada de novos países na aliança – Finlândia e Suécia, devido ao facto de não se alinharem com as ideias russas e, assim tomarem uma decisão. Então, a NATO adotou um Novo Conceito Estratégico e tomaram a decisão de colocar uma base de exército permanente na Polónia. Para além disso, já se percebeu que quanto mais tempo a Federação Russa estiver a tentar reconquistar a Ucrânia, mais provável é que a Federação Russa deixe de ser uma potencial ameaça para a NATO, já que gastam todas as suas forças e estratégias para com a Ucrânia.

⁶⁰ Borno, J. (2023). A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia. In *Relações Internacionais*. pp. 011-023.

⁶¹ Cruz, A. P. (2022). Invasão da Ucrânia – Guerra Aérea. In *Revista Militar* nº 2645/2646. Pp. 511-523.

A Federação Russa, ao iniciar a guerra, foi claramente contra as obrigações expressas na Carta das Nações Unidas, que diz no artigo 2 que é proibido “o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado soberano”. A Federação Russa, ao ter sido um dos membros fundadores das Nações Unidas e, ao ter assinado esta Carta, violou, claramente, o acordo que tinha assinado.

A Guerra na Ucrânia teve implicações significativas nas relações internacionais. A anexação da Crimeia pela Federação Russa levou a uma série de sanções económicas impostas pelos Estados Unidos da América e pela União Europeia contra a Federação Russa. Isso teve um impacto adverso na economia russa e nas relações diplomáticas. Além disso, a Ucrânia procurou ter apoio internacional na forma de assistência militar e financeira, especialmente dos Estados Unidos da América. O conflito na Ucrânia também desencadeou um debate sobre o papel da NATO na região e sobre como garantir a segurança dos países do leste europeu⁶².

A procura por uma solução pacífica para o conflito na Ucrânia tem sido um desafio contínuo. Várias tentativas de negociação foram feitas, incluindo os Acordos de Minsk, que foram assinados em 2014 e 2015 e que consistem numa série de acordos e protocolos destinados a resolver o conflito no leste da Ucrânia. Os acordos foram mediados pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e assinados em Minsk, Bielorrússia, entre representantes da Ucrânia, da Federação Russa e das autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk. Os principais pontos dos Acordos de Minsk incluem um cessar-fogo imediato e completo no leste da Ucrânia, a libertação de prisioneiros de ambos os lados do conflito, a retirada de armas pesadas da linha de contato entre as partes em conflito, a descentralização, com a concessão de uma maior autonomia às regiões de Donetsk e Lugansk dentro do quadro legal da Ucrânia, e a realização de eleições locais nas regiões problemáticas sob supervisão internacional. No entanto, a implementação dos Acordos de Minsk tem sido problemática. Uma vez que existiram violações frequentes do cessar-fogo, dificuldades na retirada de armamentos e desafios na implementação da descentralização. O conflito continua a causar tensões na região,

⁶² Fernandes, S. (2022). O impacto da guerra na Ucrânia nas Relações EU-Rússia. On line. Recuperado em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5519/3/Janus%202022%201.2%20Sandra%20Fernandes.pdf>

resultando em perdas humanas, deslocamento de pessoas e instabilidade⁶³. Os Acordos de Minsk permanecem como um ponto de referência nas negociações internacionais para resolver o conflito no leste da Ucrânia, mas a sua eficácia tem sido limitada, e o processo de paz continua a ser um desafio significativo. Os esforços diplomáticos também envolveram a mediação de países e organizações internacionais, incluindo a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), no entanto, as tensões continuaram a persistir, e uma solução duradoura ainda não foi alcançada.

A Guerra na Ucrânia teve um impacto humanitário devastador. Milhares de pessoas perderam a vida, e muitas outras foram deslocadas das suas casas devido ao conflito. Esta situação criou uma crise de refugiados e uma necessidade crescente de assistência humanitária. As condições de vida nas áreas afetadas pelo conflito são frequentemente precárias, com acesso limitado a serviços básicos como água potável e assistência médica.

O futuro da Ucrânia continua incerto. Enquanto o conflito no leste do país persiste, a Ucrânia também enfrenta desafios políticos e económicos internos⁶⁴. A luta contra a corrupção e a busca por reformas políticas e económicas são questões críticas para o governo ucraniano. Além disso, a questão da integração europeia da Ucrânia permanece relevante. O país tem tentado aproximar-se da União Europeia, entrando em associações económicas e políticas mais estreitas, mostrando assim a sua vontade de se ligar ao ocidente.

4.2. Sanções da União Europeia à Rússia – Setor Energético

Quando se pensa na atualidade, uma das primeiras palavras que vem à mente é sanção. Uma sanção é considerada um elemento dissuasor que deve de ser utilizado quando existe uma má conduta ou violação do Direito. As sanções podem ser de natureza preventiva ou

⁶³ Ferraro, V. (2022). A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. On line. Recuperado em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/128157/87131>

⁶⁴ Dias, M., Eugénio, A., Freire, M. R., Gaspar, C., Nunes, I. F., Pinto, L. V., Ramos, A. F. (2023). Ucrânia Um Ano Depois. In Instituto de Defesa Nacional. On line. Recuperado em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2023/IDN%20Brief%20fevereiro%202023.pdf>

repressiva. Quando uma sanção é de natureza preventiva, serve para minimizar e prevenir a prática da violação do Direito. Já quando uma sanção é de natureza repressiva, serve para impor por meio de força medidas que são desfavoráveis à pessoa que pratica a violação do Direito. Existem vários tipos de sanções, nomeadamente na União Europeia, sendo que muitos deles são aplicados à Federação Russa após o ataque deliberado que fez à Ucrânia. Os tipos de ações praticados podem ser sanções sobre uma política específica, ou sanções dirigidas a domínios específicos. O primeiro tipo de sanções apenas é aplicado quando alguma atitude vai contra um valor ou objetivo da União Europeia. O segundo tipo de sanções divide-se em sanções diplomáticas, em que apenas é utilizado o diálogo entre as partes, e em sanções num sentido estrito, onde são aplicadas coercivamente sanções, tendo como base a jurisdição europeia.

As sanções da UE à Federação Russa têm suas raízes na crise ucraniana de 2014 e têm sido marcadas por desafios e tensões desde a anexação da Crimeia pela Federação Russa em 2014. A UE impôs sanções à Federação Russa em resposta a esse evento, e as tensões persistem em questões como a Ucrânia, a Síria e a interferência em eleições estrangeiras. A anexação da Crimeia pela Federação Russa foi amplamente condenada pela comunidade internacional como uma violação flagrante do direito internacional e da soberania ucraniana. O apoio russo a grupos separatistas no leste da Ucrânia também foi uma fonte de preocupação. Em resposta a esses eventos, a UE adotou uma série de sanções destinadas a pressionar a Federação Russa a encontrar uma solução diplomática para o conflito e a respeitar a integridade territorial da Ucrânia. As sanções da UE à Federação Russa abrangem várias áreas, incluindo restrições financeiras, comerciais, de viagens e de exportação de tecnologia sensível. Entre as medidas estão o congelamento de ativos de indivíduos e entidades russas envolvidos na anexação da Crimeia e no conflito no leste da Ucrânia; restrições à emissão de vistos e viagens para autoridades russas envolvidas nas ações em questão; a aplicação de restrições comerciais, que afetam a exportação e importação de certos produtos e tecnologias para a Federação Russa; embargos de armas, proibindo a exportação de armas e equipamentos militares para a Federação Russa e limitações ao acesso a mercados financeiros europeus para bancos russos. Pode-se afirmar, portanto, que a Federação Russa está a ser sancionada por parte da União Europeia com sanções num sentido estrito, já que as sanções diplomáticas não tiveram o resultado esperado.

Desde a invasão da Federação Russa à Ucrânia que a União Europeia tem apresentado uma posição muito clara de apoio aos ucranianos e de tentar isolar a Federação Russa. No entanto, este apoio não vem só de agora, visto que desde 2014, devido à anexação da Crimeia por parte da Federação Russa e ao não cumprimento dos acordos de Minsk, que a União Europeia tem tomado medidas para mostrar o seu descontentamento e a sua posição. Para além de estas sanções enfraquecerem a economia e o mercado russo, ainda é necessário ter em conta que os europeus não reconhecem a soberania russa sobre os territórios ucranianos.,

Devido à presente situação dos ucranianos, a UE teve de começar a alterar a sua política energética, sendo que foi necessário acelerar necessidades e objetivos energéticos, num contexto de maior emergência. Assim, surgiu em março de 2022 a “Bússola Estratégica”, que estava focada no investimento e ação dos recursos de defesa, protegendo os cidadãos europeus e preservando os seus valores e interesses.

Para além das sanções aos russos, a União Europeia ainda adotou sanções contra a Bielorrússia pelo apoio e envolvimento que tem dado aos russos nesta guerra e, ao Irão, por fabricarem material utilizado para a guerra pelos russos.

Juntamente com a União Europeia, outros atores internacionais estão a aplicar sanções à Federação Russa e aos seus aliados, como é o caso do Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e os países do G7, ou seja, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos da América, juntamente com a Austrália. No entanto, as sanções que estão a ser aplicadas pela União Europeia são de carácter próprio, ou seja, não necessitam da aprovação de outros parceiros para as aplicar.

Uma das posições que a União Europeia tem vincado é a aplicação de sanções à Federação Russa em diversas áreas, como a área económica, social, comercial e de energia, sendo que já aplicou onze pacotes de medidas ao longo dos últimos meses, que vêm reforçar o Regulamento 833/2014 do Conselho⁶⁵.

⁶⁵ Comissão Europeia. (2014). Regulamento (UE) n° 833/2014 do Conselho de 31 de julho de 2014 que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que destabilizam a situação na Ucrânia. On line. Recuperado em: <https://op.europa.eu/en/web/eu-law-in-force/bibliographic-details/-/elif-publication/65b043ca-18c2-11e4-933d-01aa75ed71a1>

Os primeiros três pacotes de sanções colocados à Federação Russa surgiram logo após o ataque deste país à Ucrânia, ainda no mês de fevereiro de 2022, e basearam-se em medidas no âmbito económico e comercial, visto que ainda estava a ser analisado o rumo que a guerra levava e a forma como a UE ia ficar prejudicada ao aplicar sanções no âmbito energético.

No âmbito da energia, a União Europeia começou a apresentar sanções concretas a partir do quarto pacote de sanções, em março de 2022. No entanto, em todos os pacotes de sanções, foram também apresentadas sanções económicas. Em março de 2022, através do quarto pacote de sanções colocado à Federação Russa pela UE, foi apresentada a proibição de novos investimentos no setor de energia russo por parte dos Estados-Membro da União Europeia e ainda existiu uma restrição geral aplicável à exportação de equipamento, tecnologias e serviços destinados a este setor.

No quinto pacote de sanções à Federação Russa, em abril de 2022, houve um alargamento do número de sanções, sendo que o impacto que causou foi maior, no entanto, ainda não foi o suficiente para os russos travarem a guerra que estão a causar.

Como sanções energéticas do quinto pacote aplicado, pode-se observar a proibição de importação de carvão proveniente da Federação Russa (medida essa que passou a ser aplicada a partir de agosto de 2022); a proibição de importações de petróleo da Federação Russa, exceto algumas exceções ; passou a haver uma limitação máxima do preço do transporte marítimo de petróleo russo para países terceiros; houve a proibição da exportação para a Federação Russa de bens e tecnologias para utilização no setor de refinação do petróleo e houve a proibição de novos investimentos no setor de energia russo.

O sexto pacote de sanções, em junho de 2022, ficou marcado por ter menos sanções no âmbito da energia, no entanto, as sanções que foram levantadas neste pacote foram mais intensas, visto que englobam a proibição de importação de petróleo bruto e produtos petrolíferos refinados, provenientes da Federação Russa. Assim sendo, houve a proibição da importação de petróleo russo dali a seis meses e outros produtos petrolíferos refinados dali a oito meses (exceto o petróleo bruto transportado por oleoduto).

O sétimo pacote de medidas, criado em julho de 2022, ficou conhecido por pacote de manutenção e alinhamento, sendo que as medidas tomadas neste pacote consistem em medidas económicas e comerciais.

No oitavo pacote de sanções, em outubro de 2022, para além das sanções económicas e militares, também foi abordada uma sanção relativa ao limite de preço do transporte de petróleo russo para países terceiros, uma vez que este estava cada vez mais elevado.

O nono pacote de sanções, adotado em dezembro de 2022, ficou marcado pela proibição de exportações de material que pudesse ser utilizado em fabrico de material bélico (como os motores para realizar drones) e ainda a proibição de investir no setor de extração mineira, para além das sanções económicas e comerciais.

O décimo pacote de sanções surgiu em fevereiro de 2023, e alargou a proibição de importação de bens que ainda não tinham sido afetados como o caso de borrachas e asfalto, bem como a exportação de tecnologias críticas e ainda a disponibilização de armazenamento de gás. Para além destas medidas, foram lançadas medidas que afetam os media e os cidadãos russos com cargos europeus.

Por fim, foi lançado um novo conjunto de sanções em junho de 2023, com o objetivo de reforçar as medidas que foram previamente tomadas nos pacotes de sanções anteriores, também de forma a aumentar o impacto que estas possam ter.

Todas estas sanções aplicadas pela União Europeia encontram-se em conformidade com as obrigações do direito internacional, respeitando os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Para além disso, estas sanções aplicadas tomam a forma de regulamentos e, como tal, ao serem atos jurídicos, têm uma vertente vinculativa para os Estados-Membro da União Europeia e todos os seus cidadãos.

As sanções da União Europeia (UE) à Federação Russa têm sido um elemento central nas relações entre esses dois atores globais nas últimas décadas. Essas medidas restritivas foram implementadas em resposta a uma série de eventos e comportamentos russos. As sanções da UE à Federação Russa evoluíram ao longo dos anos em resposta a eventos específicos e mudanças no cenário geopolítico. A UE tem revisto periodicamente e ampliado essas medidas, adicionando novos nomes à lista de indivíduos sancionados e atualizando as restrições comerciais. No entanto, a UE também tem mantido canais diplomáticos abertos e tem colocado a Federação Russa em discussões construtivas, como as negociações de paz em Minsk para resolver o conflito no leste da Ucrânia. Estas negociações visam alcançar uma solução pacífica, e as sanções são vistas como uma ferramenta de pressão para incentivar a Federação Russa a cumprir os acordos.

As sanções da UE à Federação Russa tiveram impactos significativos em ambos os atores. Economicamente, essas medidas restringiram o acesso de empresas russas aos mercados europeus, limitaram o investimento europeu na Federação Russa e afetaram setores específicos, como o energético e o financeiro⁶⁶. No entanto, é importante observar que o impacto económico nas economias europeias também foi sentido, especialmente em países mais dependentes do comércio com a Federação Russa.

Politicamente, as sanções fortaleceram a posição da UE como defensora do direito internacional e da soberania territorial. Elas também serviram para demonstrar solidariedade para com a Ucrânia e para mostrar que a anexação da Crimeia não seria aceite pela comunidade internacional. No entanto, essas medidas também têm gerado tensões nas relações UE-Rússia e têm levantado debates sobre sua eficácia a longo prazo.

As sanções da UE à Federação Russa enfrentam uma série de desafios e críticas. Alguns argumentam que essas medidas não conseguiram alcançar seus objetivos principais, como a devolução da Crimeia à Ucrânia ou a resolução completa do conflito no leste da Ucrânia. Além disso, as sanções afetaram a economia russa, mas não a ponto de alterar as políticas do governo russo em relação à Ucrânia⁶⁷.

Outras críticas concentram-se na questão dos custos económicos para os países da UE, especialmente para aqueles que têm fortes laços comerciais com a Federação Russa. Também há preocupações sobre o facto de as sanções prejudicarem o diálogo e a cooperação com a Federação Russa em áreas de interesse mútuo, como questões de segurança global ou como na questão comercial, uma vez que como se tem visto ao longo desta dissertação, a União Europeia é muito dependente da Federação Russa no que toca a energias não renováveis, como o caso do petróleo e, as medidas que têm sido tomadas, de certa forma, também prejudicam os europeus, devido ao excessivo aumento de preços de combustíveis que se tem vindo a notar.

O futuro das sanções da UE à Federação Russa depende de uma série de fatores, incluindo a evolução da situação na Ucrânia, as ações e políticas da Federação Russa e as decisões

⁶⁶ European Council. (2023). Infographic – Impact of Sanctions on the Russian economy. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/impact-sanctions-russian-economy/>

⁶⁷ Bergmann, M., Dolbaia, T., Fenton, N. & Snegovaya, M. (2023). Russia Sanctions at One Year. On line. Recuperado em: <https://www.csis.org/analysis/russia-sanctions-one-year>

tomadas pelos Estados-Membro da UE. É provável que as sanções continuem a ser uma ferramenta importante na política externa da UE em relação à Federação Russa, mas a sua natureza e alcance podem ser ajustados conforme as circunstâncias mudem.

A procura por uma solução pacífica e diplomática para a crise ucraniana e o desejo de manter canais de comunicação abertos com a Federação Russa permanecerão como elementos cruciais da política europeia em relação à Federação Russa. As sanções são, portanto, apenas uma parte de uma abordagem mais ampla e complexa para lidar com uma relação conturbada e desafiadora. No entanto, as sanções também enfrentaram críticas e desafios, e o sucesso destas no futuro dependerá de uma série de fatores que se encontram a decorrer⁶⁸.

Para além dos desafios mencionados ao longo do capítulo, ainda podem ser sobressaídas as relações da Federação Russa com dois países chave: a Coreia do Norte e a Suíça. Estas relações são importantes para o tema das sanções por razões distintas. Relativamente à relação da Coreia do Norte com a Federação Russa, é uma jogada estratégica de ambos os países, uma vez que a Federação Russa necessita do armamento que os norte-coreanos conseguem produzir em massa e, isso acaba por ser positivo para a economia coreana. Para além disso, a relação dos dois países é considerada estratégica, uma vez que ambos sofrem com sanções por parte do ocidente devido aos seus comportamentos que vão contra os ideais ocidentais e ambos têm um “sentimentalismo geopolítico”, uma vez que são contra a hegemonia dos Estados Unidos da América e, conseqüentemente do Ocidente⁶⁹. Já a relação entre a Federação Russa e a Suíça ganhou um novo rumo após a Suíça, que era um país conhecido internacionalmente por ter uma posição neutra aquando de um conflito, decidiu aplicar algumas das sanções europeias à Federação Russa⁷⁰. Esta

⁶⁸ Oliveira, J. (2023). Repensar a eficácia das sanções à Rússia. In Diário de Notícias. On line. Recuperado em: <https://www.dn.pt/opiniao/repensar-a-eficacia-das-sancoes-a-russia-16004506.html>

⁶⁹ Rosenberg, S. (2023). Putin e Kim Jong-un: o que está por trás da aliança entre Rússia e Coreia do Norte. In BBC. On line. Recuperado em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg411n0153o>

⁷⁰ Lusa. (2023). Suíça aplica sanções à Rússia em linha com a UE. On line. Recuperado em: <https://eco.sapo.pt/2023/08/16/suica-aplica-sancoes-a-russia-em-linha-com-a-ue/>

questão veio virar o rumo que o país tem estado a tomar e nota uma potencial aproximação à NATO ⁷¹.

As sanções da União Europeia à Federação Russa representam uma resposta enérgica da UE aos eventos na Ucrânia e à conduta russa⁷². As medidas restritivas têm impactado tanto a economia russa quanto a europeia e desempenharam um papel importante na manutenção da solidariedade europeia e na promoção do respeito ao Direito Internacional, no entanto, acredito que a Federação Russa não está a ser tão prejudicada como a União Europeia estava à espera, visto que se analisarmos as exportações dos países fronteiriços com a Federação Russa no antes e após as sanções, podemos observar que existem maiores percentagens de exportações⁷³. Um exemplo de país que tem as características mencionadas é a Geórgia, em que podemos analisar que no decorrer dos últimos 5 anos, que a Geórgia aumentou cerca de 37% as suas exportações, sendo que a maioria destas exportações foram coincidentes com o início da guerra da Ucrânia e com a imposição das sanções. Até pode ser coincidência, no entanto, não me parece. Parece-me uma jogada extremamente interessante por parte da Federação Russa utilizar os seus vizinhos sem sanções como porta de entrada dos produtos que necessita por parte do ocidente. Se analisarmos ainda os dados de importação da Federação Russa antes da invasão, observamos que no último semestre de 2021, a Federação Russa teve importações de maior número relativamente ao restante ano e até mesmo, comparando com outros anos. Será que não seria uma preparação para o que ia acontecer? Será que a Federação Russa já estaria à espera do comportamento europeu? Avaliando os dados, sim⁷⁴.

⁷¹ Saunders, M. (2023). Russia drives Switzerland closer to NATO. In International Institute for Strategic Studies. On line. Recuperado em: <https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2023/09/russia-drives-switzerland-closer-to-nato/>

⁷² Demertzis, M. (2023). Are sanctions against Russia working? In Bruegel. On line. Recuperado em: <https://www.bruegel.org/comment/are-sanctions-against-russia-working>

⁷³ Trading Economics. (2023). Geórgia – Exportações (5 Anos). On line. Recuperado em : <https://pt.tradingeconomics.com/georgia/exports>

⁷⁴ Trading Economics. (2023). Russia Imports By Country. On line. Recuperado em: <https://tradingeconomics.com/russia/imports-by-country>

5. IMPACTO DAS SANÇÕES NO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

O capítulo em questão tem como objetivo retratar os retrocessos ambientais que existiram com os acontecimentos dos últimos 5 anos. Na primeira parte deste capítulo, irão ser focados os acontecimentos que mais provocaram o retrocesso e a forma como estão a atuar para fazer frente aos mesmos. Já na segunda parte do capítulo, irá ser abordada a forma como a política do Pacto Ecológico Europeu ficou comprometida e se atrasou com os acontecimentos referidos neste capítulo.

5.1. Retrocessos Ambientais

No ano de 2020 surgiu o Coronavírus, mais conhecido como COVID-19 ou SARS-COV2, que consistiu numa crise pública de saúde a nível mundial, que causou milhares de mortes e milhões de infetados. Esta crise colocou o mundo de quarentena, em casa, e a economia mundial sofreu um grande retrocesso⁷⁵. Como consequência, existiu um grande aumento de preços das matérias-primas. Aliado a isto, passou a haver uma maior utilização de energia, devido às pessoas estarem mais tempo em casa, no entanto, passou a haver uma menor emissão de gases com efeito de estufa a curto prazo. Portanto, se se podia considerar que com esta crise passaria a haver uma melhoria ambiental, isto apenas foi uma ilusão a curto prazo, uma vez que as alterações climáticas não deixaram de existir após a crise de saúde pública. A pandemia de COVID-19 trouxe impactos significativos no meio ambiente, alguns dos quais podem ser considerados retrocessos ambientais. Alguns dos principais fatores foram: o aumento de resíduos médicos, através da procura por equipamentos de proteção individual, o que levou a um aumento acentuado na produção e no descartar inadequadamente os equipamentos, causando poluição plástica; a diminuição na reciclagem, com a aplicação de restrições na recolha seletiva e o encerramento de instalações de reciclagem em algumas áreas, resultaram em menos reciclagem e mais resíduos enviados para aterros sanitários; o uso de descartáveis, para minimizar a transmissão do vírus; houve um aumento no uso de materiais descartáveis,

⁷⁵ Ferreira, L. M. (2020). Coronavírus leva Moody's a rever em baixa crescimento das maiores economias. On line. Recuperado em: <https://eco.sapo.pt/2020/03/06/coronavirus-leva-moodys-a-rever-em-baixa-crescimento-das-maiores-economias-risco-de-recessao-global-subiu/>

como embalagens de alimentos, copos e talheres de plástico, o que contribuiu para o aumento do lixo plástico; a redução do transporte público em que existiu medo de contágio, o que levou a uma diminuição no uso de transporte público em muitas áreas, provocando um aumento nas emissões de gases com efeito de estufa devido ao aumento do uso de veículos particulares; a desaceleração das metas climáticas, em que muitos governos direcionaram recursos e a atenção para a gestão da pandemia e, assim, reduziu-se temporariamente o foco nas metas de redução das mudanças climáticas; a exploração de recursos naturais, em algumas regiões houve pressões para explorar áreas naturais, como florestas, para compensar perdas económicas decorrentes da pandemia; os desafios na gestão ambiental, em algumas partes do mundo, uma vez que a pandemia sobrecarregou os sistemas de gestão ambiental, resultando em menos fiscalização e aplicação das regulamentações ambientais.

Ainda estávamos no rescaldo do Coronavírus, com as medidas que tinham sido colocadas em prática a aguardar resultados, quando no ano de 2022 surgiu o ataque russo à Ucrânia. O ataque da Federação Russa à Ucrânia foi um grande impulsionador de existir um grande retrocesso ambiental. Na altura, a UE já estava a criar as medidas necessárias para diminuir a percentagem de gases com efeito de estufa na atmosfera, com a criação de apoios às energias verdes e aumentando impostos e preços de utilização de energias não renováveis, no entanto, com este ataque por parte da Federação Russa e devido às sanções que a UE colocou à Federação Russa, existiu a necessidade de fazer uma reformulação temporária às medidas que tinham sido tomadas e aplicadas pelo Pacto Ecológico Europeu, para a diminuição de gases com efeito de estufa e redução de utilização de energias poluentes. Na altura, chegaram a surgir notícias que referiam o facto de a Alemanha, uma das principais potências europeias, ter de voltar a ativar as centrais de energia a carvão de forma temporária, de modo a diminuir a dependência que a UE tinha pelos russos e, visto que as energias renováveis que tínhamos nesta altura ainda não eram as suficientes para fazer frente à situação que estava a acontecer, tanto pela quantidade disponibilizada como pelos preços que eram praticados, que não eram, de todo, competição contra as energias não renováveis.

A Europa há muito que é vista como um bastião da sustentabilidade e da proteção ambiental, com um histórico de políticas progressistas e ações concretas para enfrentar desafios ambientais. No entanto, nas últimas décadas, retrocessos ambientais têm sido observados em vários países europeus, gerando preocupações sobre o compromisso contínuo da região com a proteção do meio ambiente. Este texto examina alguns dos

retrocessos ambientais na Europa na última década, identificando as causas e as implicações dessas tendências alarmantes.

Um dos retrocessos mais notados na Europa tem sido a contínua perda de biodiversidade e a desflorestação. Embora a Europa seja frequentemente associada a paisagens naturais deslumbrantes e extensas áreas florestais, muitos países viram uma diminuição significativa na cobertura florestal devido ao desenvolvimento urbano, agricultura intensiva e projetos de infraestrutura. A degradação de ecossistemas naturais tem um impacto negativo na biodiversidade, ameaçando espécies nativas e contribuindo para a perda de habitats importantes.

A qualidade do ar é uma preocupação crescente na Europa, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas. Embora muitos países europeus tenham feito progressos significativos na redução das emissões de poluentes atmosféricos nos anos anteriores, vários retrocessos terão ocorrido devido ao aumento do tráfego rodoviário e à dependência contínua de combustíveis fósseis, contribuindo para problemas de saúde pública, como doenças respiratórias e cardiovasculares.

Apesar dos esforços para reduzir o uso de plástico de uso único na Europa, a região ainda enfrenta um problema significativo de poluição plástica. O uso excessivo de plástico descartável em embalagens e produtos de consumo, juntamente com uma infraestrutura inadequada para reciclagem, resultou em rios e mares cheios de resíduos plásticos prejudiciais à vida marinha e à saúde humana.

A agricultura intensiva é uma das principais causas da degradação ambiental na Europa. A procura por maiores rendimentos agrícolas levou a práticas insustentáveis, como o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos, que poluem a água e ameaçam a biodiversidade. O desmatamento também ocorre para criar espaço para a expansão de cultivos e pastagens.

Em alguns países europeus, a exploração de combustíveis fósseis, incluindo a técnica de fraturamento hidráulico (*fracking*), tem sido permitida ou considerada, apesar das preocupações ambientais e dos compromissos de combate às mudanças climáticas. Essas atividades podem causar danos ao meio ambiente, incluindo a contaminação da água subterrânea e a libertação de gases com efeito de estufa.

Foram vários os fatores políticos e económicos que contribuíram para os retrocessos ambientais na Europa, incluindo pressões de interesses económicos, como a agricultura intensiva e a indústria de combustíveis fósseis, que frequentemente resistem a regulamentações ambientais, mais rigorosas, em nome do lucro.

Além disso, em alguns países, mudanças políticas e líderes céticos em relação às mudanças climáticas têm enfraquecido o compromisso com a proteção ambiental. A instabilidade política em alguns países da UE também dificultou a implementação eficaz de políticas ambientais.

Os retrocessos ambientais representam um desafio significativo para as metas ambientais e climáticas da Europa. A UE tem se comprometido a alcançar a neutralidade de carbono até 2050 e a proteger a biodiversidade. No entanto, os recuos em áreas como a agricultura intensiva e a dependência contínua de combustíveis fósseis dificultam o cumprimento dessas metas ambiciosas. Além disso, a poluição do ar e a degradação ambiental afetam a saúde pública, aumentando os custos em sistemas de saúde já sobrecarregados, o que pode criar pressões adicionais sobre os orçamentos nacionais.

Para enfrentar os retrocessos ambientais, a Europa está à procura de respostas políticas e de inovação tecnológica. Isso inclui o estabelecimento de regulamentações mais rigorosas em áreas como a agricultura e o uso de plástico, bem como o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias limpas e energias renováveis para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono.

Os retrocessos ambientais na Europa são preocupantes, especialmente quando se considera a reputação da região como um líder global na proteção ambiental. No entanto, também é importante reconhecer que esses desafios não são insuperáveis. A conscientização pública, o ativismo ambiental e a procura por soluções políticas e tecnológicas inovadoras estão a moldar o futuro da política ambiental europeia⁷⁶.

A Europa enfrenta uma escolha crucial: retroceder ainda mais ou reafirmar seu compromisso com a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade. A resposta a essa questão não só determinará o futuro ambiental da Europa, como também terá implicações globais, uma vez que o continente tem desempenhado um papel central no cenário internacional de combate à poluição.

No entanto, é importante ressaltar que os retrocessos ambientais sentidos foram, na sua maioria, de curto prazo, e a pandemia também trouxe algumas mudanças positivas, como uma maior conscientização sobre a importância da saúde e do meio ambiente, bem como a aceleração de tendências em direção a práticas mais sustentáveis, como o trabalho

⁷⁶ World Business Council for Sustainable Development. (2020). As Consequências da COVID-19 para a próxima década. On line. Recuperado em: https://bcspportugal.org/wp-content/uploads/2020/07/The-consequences-of-COVID-19-for-the-decade-ahead_PT.pdf

remoto e o investimento em energias renováveis. Portanto, a resposta global à pandemia também pode ser vista como uma oportunidade para repensar o nosso relacionamento com o meio ambiente e adotar medidas mais sustentáveis no futuro.

5.2. Ajuste de medidas e novas alternativas verdes

A Europa tem sido pioneira no movimento global em direção a uma economia mais verde e sustentável. Com uma crescente consciencialização sobre as mudanças climáticas e a necessidade de proteger o meio ambiente, as nações europeias têm tentado seguir novas alternativas verdes para enfrentar os desafios ambientais e promover o crescimento económico⁷⁷. Algumas das novas alternativas verdes que estão a moldar a Europa e que estão a impulsionar a transição para uma economia mais sustentável vão ser explicadas ao longo deste capítulo.

Uma das áreas mais notáveis de inovação verde na Europa é o setor de energia renovável. Os europeus têm investido massivamente em fontes de energia limpa. A capacidade instalada de energia solar e eólica na Europa tem crescido exponencialmente, tornando-a líder global em criação de energia renovável. Além disso, a pesquisa nos armazenamentos de energia e redes elétricas inteligentes está a impulsionar a integração eficiente das energias renováveis na matriz energética.

A Europa está à procura de soluções inovadoras para tornar o transporte mais sustentável. Isso inclui a promoção de veículos elétricos (VEs) e a expansão de infraestruturas de recarga dos mesmos. Muitos países europeus têm estabelecido metas ambiciosas para a redução das emissões de veículos e planeado a proibição de carros a gasolina e diesel num futuro não muito distante. Além disso, os sistemas de partilha de bicicletas e trotinetes elétricas estão a ganhar popularidade nas áreas urbanas, incentivando formas de transporte mais limpas e eficientes.

A agricultura é uma parte crucial da economia europeia, mas também representa desafios ambientais significativos. No entanto, novas abordagens estão a surgir para tornar a agricultura mais sustentável. A agricultura de precisão, que utiliza tecnologias avançadas para otimizar o uso de recursos, está a tornar-se mais difundida. Além disso, o aumento

⁷⁷ Laurent, É. (2020). Chapter 5: The European Green Deal: from growth strategy to social-ecological transition? In Social Policy in the European Union: state of play. On line. Recuperado em: <https://www.etui.org/sites/default/files/2021-01/07-Chapter5-The%20European%20Green%20Deal.pdf>

da procura por alimentos orgânicos e locais está a incentivar práticas agrícolas mais amigáveis do meio ambiente.

A Europa tem liderado a transição para uma economia circular, na qual os recursos são utilizados de forma mais eficiente e os resíduos são reduzidos ao mínimo. Isso inclui a reciclagem e o reaproveitamento de materiais, bem como o design de produtos mais duráveis e recicláveis. A União Europeia tem estabelecido metas ambiciosas de reciclagem e adotado regulamentações para reduzir o uso de plásticos descartáveis.

A inovação tecnológica desempenha um papel fundamental nas novas alternativas verdes europeias. Start-ups e empresas estabelecidas estão na fase de desenvolvimento de tecnologias inovadoras para enfrentar os desafios ambientais existentes. Isso inclui soluções de monitorização ambiental, como sensores de qualidade do ar, bem como avanços em energias renováveis, transporte elétrico, agricultura de precisão, entre outros. Além disso, a inteligência artificial tem vindo a ser utilizada para otimizar o uso de recursos e melhorar a eficiência em uma variedade de setores.

Uma das tendências mais promissoras na Europa é o crescimento do financiamento sustentável. Investidores, bancos e instituições financeiras estão cada vez mais focados em apoiar projetos e empresas que tenham um impacto positivo no meio ambiente. Os títulos verdes e sociais, por exemplo, são uma maneira de financiar iniciativas sustentáveis, desde projetos de energia renovável até programas de combate à pobreza. O crescente interesse por investimentos responsáveis está impulsionando a transição verde na Europa.

As políticas governamentais desempenham um papel crítico na promoção de alternativas verdes. A União Europeia e muitos países europeus têm adotado regulamentações rigorosas para reduzir as emissões de carbono, promover energias renováveis e proteger a biodiversidade. Além disso, iniciativas como o Pacto Ecológico Europeu estão a delinear uma visão abrangente para tornar a Europa neutra em carbono até 2050 e promover um crescimento económico sustentável⁷⁸.

Apesar das inúmeras oportunidades e avanços nas alternativas verdes europeias, existem desafios a ser superados. A resistência de setores tradicionais, como a indústria de combustíveis fósseis, é um dos desafios que se tem vindo a notar, e pode retardar a

⁷⁸ Medinilla, A., Sergejeff K. & Teevan C. (2021). The Green Deal in EU foreign and development policy. On line. Recuperado em: <https://ecdpm.org/application/files/2516/5546/8575/Green-Deal-EU-Foreign-Development-Policy-ECDPM-Briefing-Note-131-2021.pdf>

transição para uma economia mais verde, tal como a utilização de combustíveis fósseis por parte da população. Outro desafio que, acaba por ser uma curiosidade e, como tal, está a ser discutido na atualidade é a forma como são fabricadas as baterias dos automóveis elétricos, uma vez que, embora seja um veículo que não liberta gases com efeito de estufa, tanto a produção das suas baterias, como o seu carregamento, de momento, estão dependentes de componentes que são movidos a energia não-renovável. A coordenação entre os Estados-Membro europeus também é considerado um desafio, já que as políticas ambientais variam amplamente de um país para outro. A coesão e a cooperação são fundamentais para a eficácia das iniciativas verdes na Europa.

As novas alternativas verdes europeias têm um impacto significativo não apenas na região, mas também globalmente. A Europa é vista como um modelo a ser seguido em termos de políticas e práticas sustentáveis, e suas ações influenciam outras nações e regiões. Além disso, a liderança europeia na inovação verde tem o potencial de criar oportunidades económicas e empregos em todo o mundo.

As novas alternativas verdes na Europa estão a transformar a maneira como a região aborda os desafios ambientais e económicos. A transição para uma economia mais verde e sustentável não só ajuda a proteger o meio ambiente, como também impulsiona a inovação, promove o crescimento económico e melhora a qualidade de vida da população. Com o compromisso contínuo da Europa com as alternativas, a região está a posicionar-se como um líder global na procura por um futuro mais verde e sustentável para todos os cidadãos.

5.3. O que influencia o Pacto Ecológico Europeu

O Pacto Ecológico Europeu, também conhecido como European Green Deal, é um ambicioso plano de ação lançado pela União Europeia (UE) em dezembro de 2019. Este pacto tem como objetivo central tornar a Europa o primeiro continente com impacto climático neutro até 2050, transformando o modo como a UE aborda questões ambientais, energéticas e económicas, conforme já referido ao longo de anteriores capítulos. Neste capítulo, exploraremos como a sustentabilidade ambiental e a energia desempenham papéis cruciais para o sucesso do Pacto Ecológico Europeu, abordando as medidas, desafios e oportunidades envolvidos.

Os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, como foi anteriormente explicado, consistem em abordar as mudanças climáticas, promover a sustentabilidade ambiental e estimular o

crescimento económico sustentável na UE. As suas principais metas incluem alcançar a neutralidade de carbono até 2050, impulsionar a economia circular, restaurar a biodiversidade e melhorar a qualidade de vida dos europeus.

Para atingir esses objetivos, existiram estratégias chave - o Pacto Ecológico Europeu é sustentado por várias estratégias e programas, como o Plano de Ação para a Economia Circular - é uma iniciativa da União Europeia (UE) lançada em 2015 e atualizada em 2020, destinada a promover uma abordagem mais sustentável ao uso de recursos e produção de bens e serviços. A economia circular visa reduzir o desperdício, reutilizar produtos e materiais, reciclar de maneira eficaz e minimizar o impacto ambiental, ao contrário do modelo tradicional de economia linear, que envolve produção, uso e exclusão. Os principais pilares do Plano de Ação incluem um design sustentável, em que o objetivo é estimular o desenvolvimento de produtos que sejam duráveis, reparáveis e recicláveis desde a fase de design até ao fim de vida; a reutilização e reparação, com a promoção da reutilização de produtos e a reparação de bens, estimulando a economia de partilha e a manutenção; a reciclagem eficiente, cujo objetivo é melhorar a gestão de resíduos e aumentar a reciclagem, definindo metas ambiciosas para a redução do desperdício; tomar medidas regulatórias, com a introdução de regulamentações e padrões que apoiem a economia circular, como metas de reciclagem e requisitos de relatórios ambientais; apostar a inovação e investimento, com a estimulação de pesquisa e a inovação em tecnologias e modelos de negócios circulares, além de facilitar o acesso a financiamento sustentável; investir na educação e conscientização, ao envolver os cidadãos e as empresas na transição para a economia circular por meio da conscientização e educação. O Plano de Ação para a Economia Circular é parte fundamental da Estratégia Europeia para o Crescimento Sustentável, ajudando a UE a atingir suas metas ambientais e económicas, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais e estimulando a inovação e a competitividade das empresas europeias -, a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e o Plano de Financiamento Sustentável. O Plano de Financiamento Sustentável é uma estratégia abrangente que procura direcionar recursos financeiros para projetos, atividades e iniciativas que promovam a sustentabilidade ambiental, social e económica. Este plano é uma resposta à crescente necessidade de enfrentar desafios globais, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desigualdade social e pobreza, através do poder dos mercados financeiros e do investimento. O Plano de Financiamento Sustentável tem vários objetivos interligados, sendo eles financiar a Sustentabilidade, em que o plano

visa canalizar recursos para setores e projetos que contribuam para a proteção do meio ambiente, redução de emissões de carbono, desenvolvimento sustentável e inclusão social; promover investimentos responsáveis, em que assegura práticas de investimento responsável, levando em conta os impactos ambientais e sociais das atividades económicas, desenvolver instrumentos financeiros sustentáveis, envolvendo a criação de produtos financeiros, como títulos verdes e sociais, que financiam especificamente projetos sustentáveis, ajudar empresas e instituições financeiras, em que o objetivo é incentivar empresas e instituições financeiras a adotar políticas de sustentabilidade e relatar suas atividades sob uma perspectiva de ESG (Ambiente, Social e Governança) e alinhar os objetivos com as metas globais, em que a prioridade é alinhar os esforços financeiros com metas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e os acordos climáticos internacionais, como o Acordo de Paris. O Plano de Financiamento Sustentável visa criar uma transformação positiva no sistema financeiro global, de modo que este seja um motor para um futuro mais sustentável e inclusivo⁷⁹. Para tal envolve a integração de considerações de sustentabilidade em todos os níveis da tomada de uma decisão financeira, desde investimentos individuais até políticas macroeconómicas e regulamentações governamentais.

Relativamente à Sustentabilidade ambiental e o Pacto Ecológico Europeu, a prioridade era a neutralidade de carbono. Esta prioridade era uma das pedras angulares do Pacto Ecológico Europeu. Isso significa que a UE planeava equilibrar as suas emissões de gases com efeito de estufa com a remoção desses gases da atmosfera. Isso é fundamental para combater as mudanças climáticas e proteger o ambiente. Relativamente à renovação da energia e eficiência energética e para alcançar a neutralidade de carbono, a UE tem vindo a investir de forma consistente na energia renovável e eficiência energética. Este investimento inclui a produção de energia a partir de fontes como solar, eólica e hidroelétrica, bem como a renovação de edifícios para torná-los mais eficientes em termos de energia. No que toca ao transporte sustentável, a mobilidade sustentável é uma prioridade no Pacto Ecológico Europeu. A transição para veículos elétricos e a promoção

⁷⁹ Comissão Europeia. (2023). Financiamento sustentável: Comissão toma novas medidas para impulsionar o investimento com vista a assegurar um futuro sustentável. On line. Recuperado em: https://portugal.representation.ec.europa.eu/news/financiamento-sustentavel-comissao-toma-novas-medidas-para-impulsionar-o-investimento-com-vista-2023-06-14_pt

de transporte público e ciclovias são medidas importantes para reduzir as emissões do setor de transporte. Sobre a agricultura sustentável e a biodiversidade, também é abordada no pacto, com uma ênfase na agricultura sustentável, no apoio a práticas agrícolas amigas do meio ambiente e na restauração de ecossistemas para promover a biodiversidade. Já relativamente à promoção de uma economia circular, o Pacto Ecológico Europeu promove uma economia circular, onde os produtos e materiais são reutilizados, reciclados e reabilitados, em vez de serem descartados. Isso ajuda a reduzir o desperdício e a procura por recursos naturais.

Relativamente à relação da energia com o Pacto Ecológico Europeu, a descarbonização da Energia é vista como um dos principais pilares do Pacto Ecológico Europeu. A UE está comprometida em reduzir drasticamente a dependência de fontes de energia fóssil e aumentar significativamente a participação de fontes renováveis na geração de energia. A transição para Energias Renováveis é fundamental para alcançar a neutralidade de carbono. A UE estabeleceu metas ambiciosas para aumentar a participação das energias renováveis na geração total de energia até 2030, tendo como objetivo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A eficiência Energética, além da produção de energia limpa, é outra prioridade. Esta prioridade envolve melhorar o desempenho energético de edifícios, indústrias e infraestruturas, reduzindo o consumo de energia e as emissões associadas. Já nas tecnologias inovadoras, o Pacto Ecológico Europeu incentiva o desenvolvimento e a implantação de tecnologias inovadoras, como armazenamento de energia, captura e armazenamento de carbono e redes elétricas inteligentes, para tornar a energia mais limpa e eficiente.

Para a implementação do Pacto Ecológico Europeu existem diversos desafios, incluindo a necessidade de financiamento adequado para projetos de sustentabilidade, a resistência à mudança de algumas indústrias⁸⁰ e a coordenação entre os Estados-Membro. No entanto, por outro lado, o pacto cria oportunidades significativas. Isso inclui a criação de empregos na economia verde, a liderança global da UE em tecnologias limpas e a redução da dependência de recursos importados, aumentando a autonomia europeia.

Relativamente ao impacto que tem globalmente, o Pacto Ecológico Europeu não se limita às fronteiras da EU, ele tem um impacto global, à medida que a UE se esforça para liderar

⁸⁰ PWC. (s.d.) Estarão as empresas preparadas para o Pacto Ecológico Europeu? On line. Recuperado em: <https://www.pwc.pt/pt/temas-actuais/pacto-ecologico-europeu.html>

na redução das emissões globais de gases com efeito de estufa e influenciar outros países a seguir um caminho semelhante. No âmbito da cooperação internacional, a UE procura a mesma para enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas. Isso inclui parcerias com países em desenvolvimento para apoiar a transição para uma economia verde e projetos de desenvolvimento sustentável.

O Pacto Ecológico Europeu representa um compromisso ambicioso da União Europeia com a sustentabilidade ambiental e a transição para uma economia mais limpa e verde. A energia desempenha um papel crucial nesse esforço, pois a descarbonização da matriz energética é essencial para alcançar a neutralidade de carbono. Além disso, a sustentabilidade ambiental, que abrange áreas como agricultura, mobilidade e economia circular, é fundamental para atingir os objetivos do pacto⁸¹.

Apesar dos desafios significativos, o Pacto Ecológico Europeu oferece oportunidades importantes, incluindo a criação de empregos, a liderança em inovações verdes e a melhoria da qualidade de vida dos europeus. Além disso, o seu impacto vai além das fronteiras da UE, ao promover a cooperação internacional e ao influenciar esforços globais para combater as mudanças climáticas.

A implementação bem-sucedida do Pacto Ecológico Europeu depende da colaboração contínua entre os Estados-membro, da alocação adequada de recursos financeiros e do compromisso de todos os setores da sociedade em trabalhar juntos em prol de um futuro mais sustentável e resiliente.

No final do presente capítulo, a conclusão a que se chega é de ainda existir um longo caminho pela frente a percorrer no âmbito das questões ambientais, visto que o processo da aplicação das leis e de as pessoas entenderem o quão importante é para as gerações futuras e para o mundo ainda é deficitário. Para além disso, a União Europeia ainda não está a conseguir ter o impacto que gostaria mundialmente, uma vez que não apresenta objetivos claros e de interesse para os outros Estados, mas sim, ideias de investimentos e de ser exemplo a seguir, como líder verde e, enquanto estiver nesse registo de querer

⁸¹ Munta, M. (2020.) The European Green Deal – A game changer or simply a buzzword? On line. Recuperado em: https://www.researchgate.net/publication/344161380_The_European_Green_Deal_A_game_changer_or_simply_a_buzzword

liderar nessa questão, acredito que não tenha planos que sejam bem sucedidos durante muito tempo porque não apresentam interesses políticos e económicos em primeira instância para todos, são sim iniciativas para existir um papel de liderança.

CONCLUSÃO

A relação entre a União Europeia e a Federação Russa nunca foi linear, passou por muitos altos e baixos. Inicialmente foi introduzida a posição política que a Federação Russa apresenta, desde o início da sua formação enquanto império, sendo que foi notada a evolução que este país tem vindo a sofrer ao longo das décadas. É possível encontrar três principais características na atual política externa da Federação Russa, que são elas a prioridade que é dada aos relacionamentos bilaterais em detrimento de estruturas multilaterais ou regionais; a procura de instrumentos eficientes no reforço da influência russa nos países que quer manter em sua posse e a preferência dada a estratégias com um aparente *soft power* em detrimento das estratégias de *hard power*. Relativamente à integração da Federação Russa de Putin após o surgimento da União Europeia, é relatada a postura que Putin apresentou aquando da queda do império soviético e do muro de Berlim, no ano de 1991, que nada era de acordo com os ideais ocidentais (europeus e americanos), uma vez que Putin considerava que os ocidentais queriam ficar com os seus territórios devido à sua posição geoestratégica e, também, com o intuito de enfraquecer o poder russo. Finalmente, no primeiro capítulo ainda é abordada a criação de uma Política Europeia de Segurança, cujo objetivo era melhorar a segurança no seio europeu.

Relativamente à política externa europeia e da Federação Russa, e uma vez que se chegou à conclusão de que a União Europeia era, na sua maioria, dependente da energia russa, foram surgindo acordos. Um exemplo desses acordos é o Acordo de Paris, que veio estabelecer objetivos e prioridades para conseguir alterar a questão da dependência energética, dando uma maior força à utilização de energias renováveis como forma de substituir as energias não renováveis. Devido aos desafios que se fizeram sentir pela questão da dependência e à resistência dos setores tradicionais, a União Europeia, através das instituições, criaram planos e ações para o setor energético. Relativamente aos planos, surgiram: o Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas, cujo objetivo era a redução dos impactos da tecnologia energética; o Pacote “Energia Limpa para Todos os Europeus”, que estabeleceu medidas e regulamentação para modernizar o setor energético e para garantir uma transição para uma economia de baixo carbono; o Pacto Ecológico Europeu, que é um pacote de medidas cujo objetivo é de reduzir as emissões de gases de efeito de estufa no ambiente e ainda aumentar a ambição europeia para o clima até 2050. O Pacto Ecológico europeu ainda inclui o Objetivo 55, que é outro dos objetivos europeus

estabelecidos para conseguir estabelecer a meta de reduzir até 55% das emissões até ao ano de 2030. O plano europeu relativo à política energética, surgiu após o ataque da Federação Russa à Ucrânia, em 2022 e ficou conhecido como o RePowerEU. Este plano tem como objetivo fazer frente às dificuldades que existem no mercado mundial da energia. Os planos energéticos europeus estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, uma vez que têm na sua constituição artigos que estão estabelecidos nos objetivos referidos.

O ambientalismo, ou sustentabilidade ambiental, à semelhança da política energética europeia, também se encontra em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Ao longo desta dissertação foi explicada como surgiu a política ambiental da União Europeia e como a mesma evoluiu até aos trâmites que se conhece atualmente. Foram abordados as diversas reformas tomadas com os Tratados Europeus e ainda foi reforçado o papel do ambiente e da biodiversidade na União Europeia, ao terem sido estabelecidas estratégias de abordagem à realidade climática a que se assiste e às suas consequências. Das estratégias tomadas surgiram a Rede Natura 2000, que consistiu na proteção da natureza e das espécies e ainda tinha o objetivo de tentar manter um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a conservação ambiental, como ainda surgiu a Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030, que tinha como prioridade a abordagem dos desafios da perda da biodiversidade e da degradação dos ecossistemas.

Relativamente à Ucrânia, é-lhe dedicado um capítulo onde, inicialmente é explicada a história do desenvolvimento do império ucraniano, tal como as suas fronteiras físicas. Após essa introdução, é abordada a forma como a Guerra Fria veio alterar o mundo internacional e como a Ucrânia conseguiu a sua independência da Federação Russa com esse feito. Nos anos seguintes, seguiu-se a consolidação da independência ucraniano, no entanto, existiram algumas dificuldades. A primeira dificuldade surgiu logo no ano de 2004, com a Revolução Laranja, que consistiu no conflito entre as forças pró-ocidentais e pró-democráticas, estas últimas apoiadas pelos Estados Unidos da América e que permitiram que chegassem ao poder. Passados 10 anos, no ano de 2014, voltou a existir outra dificuldade na independência da Ucrânia, no entanto, desta vez não teve fim. No ano de 2014 surgiu a Crise Euromaidan, que era uma forma de protesto contra o presidente ucraniano que se encontrava no poder naquela altura. Putin, presidente da Federação Russa, ao notar a fragilidade pela qual o território ucraniano estava a passar,

aproveitou-se da situação e atacou a Crimeia, uma região que se situava no território independente ucraniano. Nessa altura, foi relativamente fácil para a Federação Russa conseguir esse território, visto que encontrou uma Ucrânia fragilizada. No entanto, quando houve o ataque de 2022 da Federação Russa à Ucrânia, esta última encontrava-se preparada para lutar pela sua independência, e a Federação Russa não estava preparada para encontrar uma união ucraniana. Para além de dificultar a vida à Federação Russa, a Ucrânia ainda conseguiu ter apoio por parte do ocidente, tanto dos europeus, como dos americanos. A NATO também tomou o partido dos ucranianos tendo, até, ao longo dos tempos enviado forças militares e instrumentos de guerra para fazer frente à potência russa, pelo que foi uma forma de se afirmar perante o leste da Europa. Relativamente às sanções que foram tomadas por parte da União Europeia, já vão em onze pacotes, sendo que passam por sanções económicas, comerciais, económicas e energéticas. Estes pacotes de sanções apenas entraram em vigor após o ataque da Federação Russa à Ucrânia, em fevereiro de 2022, no entanto, já existem sanções impostas aos russos desde 2014, aquando da tomada de posse por parte dos russos da Crimeia. As sanções, inicialmente, não puderam ter um impacto tão grande como era necessário, devido à dependência europeia aos russos.

O quinto e último capítulo está a fazer a ligação que existe entre os capítulos anteriores. Inicialmente é abordada a questão dos retrocessos ambientais que existiram devido às crises do COVID-19 e da Guerra da Ucrânia, nos últimos anos. Estas questões, aliadas à construção massiva e à agricultura intensiva estão a causar a perda da biodiversidade e a proporcionar o desmantelamento florestal mundial. No entanto, as alternativas e políticas verdes passaram a ganhar força, sendo que consistem na aposta no setor da energia renovável e nos transportes sustentáveis, tanto como em novas abordagens na agricultura e numa economia circular; na utilização da inovação tecnológica e no crescimento do financiamento sustentável. Como desafios atuais para o desenvolvimento ambiental existe a resistência dos valores tradicionais, a dependência energética que existe ainda é bastante, e não existe uma coordenação entre os Estados-Membro da UE, visto que não entram em consenso sobre que medidas querem aplicar em conjunto. Pode-se assistir, no presente, a uma União Europeia a posicionar-se como uma líder mundial no que toca a medidas verdes e sustentabilidade ambiental.

De modo a poder responder à pergunta de partida: “Como é que as sanções à Rússia impactam no Pacto Ecológico Europeu?”, considera-se que a guerra na Ucrânia teve um

extremo impacto no mundo, sendo que o ambiente foi um dos setores que mais alterações teve. As sanções aplicadas pelos europeus à Federação Russa, embora significativas, numa fase inicial, tiveram de ser sanções com pouco peso, uma vez que a Europa estava com o problema da dependência na Federação Russa, logo se a prejudicasse muito com as sanções, os europeus também saíam prejudicados. Resumidamente, o Pacto Ecológico Europeu tinha enfoque tanto na parte energética, através da melhoria das energias a utilizar, como na parte ambiental, uma vez que as ações e medidas tomadas tem repercussões no ambiente. Assim, pode-se afirmar que o Pacto Ecológico Europeu é influenciável pelos acontecimentos mundiais e que as sanções, embora tenham causado um atraso no cumprimento das metas a curto prazo do pacto, pela falta de preparação que havia pelos Estados-membro, com as medidas que têm sido tomadas, passaram a ter um impacto mais positivo, uma vez que tem preparado a Europa para uma maior independência face a países terceiros.

BIBLIOGRAFIA

Barnett, J. (2007). Environmental security and peace. In Journal of Human Security. No. 1. Pp. 4-16.

Bornio, J. (2023). A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia. In Relações Internacionais. pp. 011-023.

Cruz, A. P. (2022). Invasão da Ucrânia – Guerra Aérea. In Revista Militar nº 2645/2646. Pp. 511-523.

Gomes, M. (2018). As Relações União Europeia-Rússia no século XXI e a anexação da Crimeia. Uma análise geopolítica. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Silva, T. (2018). A EU e a Segurança Internacional: Uma Nova Estratégia de Segurança Europeia num mundo Multicomplexo. Universidade de Évora.

Torgerson, D. (1994). Strategy and Ideology in Environmentalism: A Decentered Approach To Sustainability. In Industrial & Environmental Crisis Quarterly, Vol. 8, Nº4.

WEBGRAFIA EUROPEIA

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua – Ministério dos Negócios Estrangeiros. (s.d.). Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. On line. Recuperado em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/agenda-2030> 09/07/2023

Center for European studies: A Jean Monnet Center of Excellence. (s.d.) The Cold War / Part 2: The Marshall Plan vs. COMECON. On line. Recuperado em: <https://europe.unc.edu/iron-curtain/history/the-cold-war-part-2/>

Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental das Nações Unidas. (s.d.). Objetivo 1: Erradicar a Pobreza. On line. Recuperado em: <https://unric.org/pt/objetivo-1-erradicar-a-pobreza-2/>

Comissão Europeia. (2010). Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020>

Comissão Europeia. (2014). Compreender as Políticas da União Europeia: Energia. On line. Recuperado em <https://poseur.portugal2020.pt/media/38219/energia.pdf>

Comissão Europeia. (2014). Regulamento (UE) nº 833/2014 do Conselho de 31 de julho de 2014 que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que destabilizam a situação na Ucrânia. On line. Recuperado em: <https://op.europa.eu/en/web/eu-law-in-force/bibliographic-details/-/elif-publication/65b043ca-18c2-11e4-933d-01aa75ed71a1>

Comissão Europeia. (1951). Traité instituant la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11951K/TXT>

Comissão Europeia. (2021). Pacto Ecológico Europeu. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

Comissão Europeia. (2021). Objetivo 55: alcançar a meta climática da EU para 2030 rumo à neutralidade climática. In Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021DC0550>

Comissão Europeia. (2021). Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (EU) 2018/841 no respeitante ao âmbito de aplicação, à simplificação das regras de conformidade, ao estabelecimento das metas dos Estados-membro para 2030 e ao compromisso de alcançar coletivamente a neutralidade climática nos setores do uso dos solos, das florestas e da agricultura até 2035, e o Regulamento (EU) 2018/1999 no respeitante à melhoria dos processos de monitorização, comunicação de informações, acompanhamento dos progressos e análise. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:16293743-14c7-11ec-b4fe-01aa75ed71a1.0009.02/DOC_1&format=PDF

Comissão Europeia. (2022). REPowerEU: Energia a preços acessíveis, segura e sustentável para a Europa. On line. Recuperado em:

https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

Comissão Europeia. (2023). Financiamento sustentável: Comissão toma novas medidas para impulsionar o investimento com vista a assegurar um futuro sustentável. On line. Recuperado em: https://portugal.representation.ec.europa.eu/news/financiamento-sustentavel-comissao-toma-novas-medidas-para-impulsionar-o-investimento-com-vista-2023-06-14_pt

Comissão Europeia. (s.d.). Farm To Fork strategy. On line. Recuperado em: https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/farm-fork-strategy_en

Comissão Europeia. (s.d.). Jean Monnet: a força unificadora por trás do nascimento da União Europeia. On line. Recuperado em https://european-union.europa.eu/system/files/2021-06/eu-pioneers-jean-monnet_pt.pdf

Conselho Europeu. (2019). Energia limpa para todos: Conselho adota os restantes dossiês relativos ao mercado da eletricidade e à Agência de Cooperação dos Reguladores de Energia. On line. Recuperado em <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/05/22/clean-energy-for-all-council-adopts-remaining-files-on-electricity-market-and-agency-for-the-cooperation-of-energy-regulators/>

Conselho Europeu. (2020). Infografia – Clean Energy for Europeans: Key for Driving forward the Energy Union. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/energy-union/>

Conselho Europeu. (2023). Acordo de Paris sobre alterações climáticas. On line. Recuperado em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/>

Conselho Europeu. (2023). Objetivo 55. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/fit-for-55-the-eu-plan-for-a-green-transition/>

Eurolex. (2017). Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA). On line. Recuperado em <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/treaty-establishing-the-european-coal-and-steel-community-ecsc-treaty.html>

European Council. (2023). Infographic – Impact of Sanctions on the Russian economy. On line. Recuperado em: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/impact-sanctions-russian-economy/>

European Union. (s.d.). Schuman declaration May 1950. On line. Recuperado em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_en

European Union Law. (2015). Plano SET para o desenvolvimento de tecnologias hipercarbónicas. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=legissum:en0019>

European Union Law. (2020). O princípio do “poluidor-pagador” e a responsabilidade ambiental. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/the-polluter-pays-principle-and-environmental-liability.html>

Jornal Oficial da União Europeia. (2012). Diretiva 2012/27/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012 relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/EU e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:315:0001:0056:PT:PDF>

Jornal Oficial da União Europeia. (2018). Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018 relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis (reformulação). On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018L2001&from=ES>

Jornal Oficial da União Europeia. (2018). Regulamento (EU) 2018/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2018 relativo à Governação da União da Energia e da Ação Climática que altera os Regulamentos (CE) 663/2009 e (CE) 715/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 94/22/CE, 98/70/CE, 2009/31/CE, 2009/73/CE, 2010/31/UE, 2012/27/UE e 2013/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 2009/119/CE e (UE) 2015/652 do Conselho, e revoga o Regulamento (UE) 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho. On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R1999&from=PL>

Jornal Oficial da União Europeia. (2021). Regulamento (EU) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de junho de 2021 que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) 401/2019 e (EU) 2018/1999 (“Lei Europeia em Matéria do Clima”). On line. Recuperado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021R1119>

Monnet, J. (1950). Declaração Schuman. On line. Recuperado em: <https://eurocid.mne.gov.pt/sites/default/files/repository/content/event/32637/documents/declaracaoschuman.pdf>

Office of the Historian, Foreign Service Institute. (s.d.) The Warsaw Treaty Organization, 1955. On line. Recuperado em: <https://history.state.gov/milestones/1953-1960/warsaw-treaty>

Organização das Nações Unidas. (1972). Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural. On line. Recuperado em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> 09/07/2023

Parlamento Europeu. (2003). Resolução do Parlamento Europeu sobre a Cimeira UE-Rússia. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-5-2003-0219_PT.html.

Parlamento Europeu. (2013). Roteiro para a Energia 2050. On line. Recuperado em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-7-2013-0035_PT.html

Parlamento Europeu. (s.d.). Tratado EURATOM. On line. Recuperado em <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/euratom-treaty>

Parlamento Europeu. (2023). Combater as Alterações Climáticas. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.5.2.pdf

Parlamento Europeu. (2023). Defesa: está a UE a criar um exército europeu? On line. Recuperado em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/security/20190612STO54310/defesa-esta-a-ue-a-criar-um-exercito-europeu>

Parlamento Europeu. (2023). Energia Renovável. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.4.9.pdf

Parlamento Europeu. (2023). Política Ambiental: Princípios Gerais e Quadro de Base. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.5.1.pdf

Parlamento Europeu. (2023). Política Energética: Princípios Gerais. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.4.7.pdf

Parlamento Europeu. (2023) Política Europeia de Vizinhança. On line. Recuperado em: https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_5.5.5.pdf

WEBGRAFIA

Agence France-Press. (2023). Gasto Militar na Europa alcançou em 2022 seu maior nível desde a Guerra Fria. On line. Recuperado em: <https://exame.com/mundo/gasto-militar-na-europa-alcancou-em-2022-seu-maior-nivel-desde-a-guerra-fria/>

Agência Portuguesa do Ambiente. (2015). Acordo de Paris. On line. Recuperado em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNLA0tgQAra2cKgUAAAA%3D>

Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. On line. Recuperado em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/RNC2050_PT-22-09-2019.pdf

Almeida, J. (2008). A União Europeia e a Rússia após a Crise da Geórgia – O Fim do Paradigma do “Pós-Guerra Fria.” On line.. Recuperado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri20/n20a02.pdf

Baker, M. (2003). U.S.: Rumsfeld’s “Old” and “New” Europe Touches On Uneasy Divide. On line. Recuperado em: <https://www.rferl.org/a/1102012.html>

Barros, F. (1996). Ambientalismo, Globalização e Novos Atores Sociais. On line. Recuperado em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/download/44102/33703/134272>

BCSD Portugal. (s.d.). Objetivo 7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos. On line. Recuperado em: <https://ods.pt/objectivos/7-energias-renovaveis/>

Bergmann, M., Dolbaia, T., Fenton, N. & Snegovaya, M. (2023). Russia Sanctions at One Year. On line. Recuperado em: <https://www.csis.org/analysis/russia-sanctions-one-year>

Blasco, L. (2019). Chernobyl: como a União Soviética tentou esconder o maior acidente nuclear da história. On line. Recuperado em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48477868>

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua – Ministério dos Negócios Estrangeiros. (s.d.). Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. On line. Recuperado em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/agenda-2030 09/07/2023>

Christou, O. (2021). Energy Security in Turbulent Times Towards the European Green Deal. In Politics and Governance. On line. Recuperado em: <https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4336/4336>

Cruz, F. (2022). Geoestratégia energética na relação União Europeia e Rússia: O caso do Nord Stream II. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. On line. Recuperado em: https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/13404/1/VF_CRUZ_FRANCISCO_MD RI_2022_1DE1.pdf

Cruz, M. T. & Lusa. 2023. Presidente da Síria manifesta publicamente apoio à Rússia. On line. Recuperado em: <https://sicnoticias.pt/especiais/guerra-russia-ucrania/2023-03-15-Presidente-da-Siria-manifesta-publicamente-apoio-a-Russia-95b48583>

Demertzis, M. (2023). Are sanctions against Russia working? In Bruegel. On line. Recuperado em: <https://www.bruegel.org/comment/are-sanctions-against-russia-working>

Dias, M., Eugénio, A., Freire, M. R., Gaspar, C., Nunes, I. F., Pinto, L. V., Ramos, A. F. (2023). Ucrânia Um Ano Depois. In Instituto de Defesa Nacional. On line. Recuperado em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2023/IDN%20Brief%20fevereiro%202023.pdf>

Estados Unidos da América, Federação Russa, Grã-Bretanha e Ucrânia. (1994). Memorandum on security assurances in connection with Ukraine's accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. On line. Recuperado em: https://policymemos.hks.harvard.edu/files/policymemos/files/2-23-22_ukraine-the_budapest_memo.pdf?m=1645824948

Fernandes, S. (2022). O impacto da guerra na Ucrânia nas Relações EU-Rússia. On line. Recuperado em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5519/3/Janus%202022%201.2%20Sandra%20Fernandes.pdf>

Ferraro, V. (2022). A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. On line. Recuperado em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/128157/87131>

Ferreira, D. (s.d.). Tudo o que o Ambiente Tem (de) Direito. On line. Recuperado em: <https://pme.pt/o-direito-do-ambiente/>

Ferreira, L. M. (2020). Coronavírus leva Moody's a rever em baixa crescimento das maiores economias. On line. Recuperado em: <https://eco.sapo.pt/2020/03/06/coronavirus-leva-moodys-a-rever-em-baixa-crescimento-das-maiores-economias-risco-de-recessao-global-subiu/>

Franco, L. (2014). A Rússia e a Nova Europa. On line. Recuperado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri43/n43a03.pdf

Frade, C. (2013). A Política Energética da União Europeia. Segurança e Cooperação. On line. Recuperado em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6480/3/TESE%20CARMEN.pdf>

Fridays for Future. (s.d.). Our Demands. On line. Recuperado em: <https://fridaysforfuture.org/what-we-do/our-demands/>

Gaspar, C. (1998). A Rússia e a Segurança Europeia. In Nação e Defesa. No. 84 – 2ª série. Pp. 61-75. On line. Recuperado em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1244/1/NeD110_CarlosGaspar.pdf

Gil, L. (2021). Política Energética no Contexto da União Europeia, in Ingenium. On line. Recuperado em

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/38046/1/Politica%20energ%C3%A9tica%20no%20contexto%20da%20Uni%C3%A3o%20Europeia.pdf>

Jones, A. & Seville D. (2018). An Economy Designed To Sustain The Environment. On line. Recuperado em: <https://thesystemsthinker.com/an-economy-designed-to-sustain-the-environment/>

Laurent, É. (2020). Chapter 5: The European Green Deal: from growth strategy to social-ecological transition? In Social Policy in the European Union: state of play. On line. Recuperado em: <https://www.etui.org/sites/default/files/2021-01/07-Chapter5-The%20European%20Green%20Deal.pdf>

Liboreiro, J. & Silva, I. M. (2022). Porque que o Tratado da Carta da Energia é Tão Controverso? On line. Recuperado em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2022/10/26/porque-e-que-o-tratado-da-carta-da-energia-e-tao-controverso>

Lusa. (2023). Suíça aplica sanções à Rússia em linha com a UE. On line. Recuperado em: <https://eco.sapo.pt/2023/08/16/suica-aplica-sancoes-a-russia-em-linha-com-a-ue/>

Mazilu, M.E. (2009). Sustainability or Sustainable Development a Responsibility of The Environmental Specialists. On line. Recuperado em: <http://www.confcamp.ase.ro/2009/8.pdf>

Medinilla, A., Sergejeff K. & Teevan C. (2021). The Green Deal in EU foreign and development policy. On line. Recuperado em: <https://ecdpm.org/application/files/2516/5546/8575/Green-Deal-EU-Foreign-Development-Policy-ECDPM-Briefing-Note-131-2021.pdf>

Mirovalev, M. (2014). Chechnya, Russia and 20 years of conflict. On line. Recuperado em: <https://www.aljazeera.com/features/2014/12/11/chechnya-russia-and-20-years-of-conflict>

Munta, M. (2020.) The European Green Deal – A game changer or simply a buzzword? On line. Recuperado em: https://www.researchgate.net/publication/344161380_The_European_Green_Deal_A_game_changer_or_simply_a_buzzword

Munter A. (2023). O alargamento da União. In Fichas temáticas sobre a União Europeia. On line. Recuperado em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/167/o-alargamento-da-uniao>

Mydans, S. (2004). As Expected, Putin Easily Wins a Second Term in Russia. On line. Recuperado em: <https://www.nytimes.com/2004/03/15/world/as-expected-putin-easily-wins-a-second-term-in-russia.html>.

Neves, C. (2022). 25 de abril de 2005. O dia em que Putin lamentou “a maior catástrofe geopolítica do século”. (online). Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/25-de-abril-de-2005-o-dia-em-que-putin-lamentou-a-maior-catastrofe-geopolitica-do-seculo_n1388634

Pinto, P. (2017). Acidente Nuclear em Chernobyl. On line. Recuperado em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/acidente-nuclear-em-chernobyl/>

Pordata. (2022). Consumo de energia final: por tipo de produto energético (on line). Recuperado em <https://www.pordata.pt/europa/consumo+de+energia+final+por+tipo+de+produto+energetico-1476-802>

PWC. (s.d.) Estarão as empresas preparadas para o Pacto Ecológico Europeu? On line. Recuperado em: <https://www.pwc.pt/pt/temas-actuais/pacto-ecologico-europeu.html>

Ray, M. (2004). Beslan School Attack. In Britannica. On line. Recuperado em: <https://www.britannica.com/event/Beslan-school-attack>

Rosemberg, S. (2023). Putin e Kim Jong-un: o que está por trás da aliança entre Rússia e Coreia do Norte. In BBC. On line. Recuperado em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg411n0153o>

Oliveira, J. (2023). Repensar a eficácia das sanções à Rússia. In Diário de Notícias. On line. Recuperado em: <https://www.dn.pt/opiniao/repensar-a-eficacia-das-sancoes-a-russia-16004506.html>

Sá, T. (2014). Os Estados Unidos e o Fim da Guerra Fria. On line. Recuperado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri43/n43a02.pdf

Saunders, M. (2023). Russia drives Switzerland closer to NATO. In International Institute for Strategic Studies. On line. Recuperado em: <https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2023/09/russia-drives-switzerland-closer-to-nato/>

The Kremlin. (2005). Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation. On line. Recuperado em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>

Trading Economics. (2023). Geórgia – Exportações (5 Anos). On line. Recuperado em : <https://pt.tradingeconomics.com/georgia/exports>

Trading Economics. (2023). Russia Imports By Country. On line. Recuperado em: <https://tradingeconomics.com/russia/imports-by-country>

Trindade, G. (2022). Uma Cidade Sem Carros. On line. Recuperado em: <https://setentaequatro.pt/cronica/uma-cidade-sem-carros>

United Nations Sustainable Development Group, (s.d.). Universal Values. Principle Two: Leave No One Behind. On line. Recuperado em: <https://unsdg.un.org/2030-agenda/universal-values/leave-no-one-behind>

World Business Council for Sustainable Development. (2020). As Consequências da COVID-19 para a próxima década. On line. Recuperado em: https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2020/07/The-consequences-of-COVID-19-for-the-decade-ahead_PT.pdf

Vieira, B. (2014). A União Europeia como Actor na Segurança Internacional. Universidade Autónoma de Lisboa. On line. Recuperado em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/688/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Bruno%20Vieira.pdf>